

Lula enfático em defesa do Brasil:

“Bando de imbecis”

os que falam em

privatizar Petrobrás

Ricardo Stuckert - PR

“Empresa pública serve para prestar serviço ao conjunto da população”

O presidente Lula condenou, na sexta-feira (13), as tentativas de privatizar a Petrobrás e chamou de “bando de imbecis” os que defendem a entrega da maior empresa estatal do país. “Quantas vezes já tentaram privatizar a Petro-

bras? Quantas vezes tentaram mudar de nome a Petrobrás? Quantas vezes disseram: ‘temos que vender a Petrobrás porque o petróleo vai acabar e vamos ficar com uma empresa que não presta para nada?’ Isso é um bando de imbecil quem fala isso, é um bando de imbecil”, disse Lula. **Pág. 3**



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.971 18 a 24 de Setembro de 2024



Susan Sarandon e 700 artistas dos EUA pedem que Israel pare agressão a Gaza

Mais de 700 membros do sindicato dos atores dos Estados Unidos, o SAG-AFTRA (Screen Actors Guild - American Federation of Television and Radio Artists) assinaram uma carta aberta condenando o silêncio da instituição sobre o genocídio em Gaza. Encabeçam a lista de assinaturas Mark Ruffalo e Susan Sarandon. **Pág. 6**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

CNI: “Brasil deve aproveitar o momento para reduzir a Selic”

Marcelo Camargo - ABr



Fogo chega ao Parque Nacional de Brasília. Combate às queimadas é mais urgente que engordar bancos

Dino autoriza governo enfrentar fogo fora de travas do arcabouço

Em decisão publicada no domingo (15), o ministro Flávio Dino, do STF, reconheceu a crise causada pelas queimadas em todo país e determinou ao governo abrir crédito especial fora

do “arcabouço fiscal” para enfrentar a destruição nos biomas, como a Amazônia e o Cerrado. Uma série de medidas foi tomada pelo magistrado. A autorização de gastos fora da regra fiscal

vale até o final deste ano. Os recursos extraordinários só podem ser utilizados no combate ao fogo. O ministro argumentou que a crise de queimadas é semelhante à tragédia provocada pelas

enchentes no Rio Grande do Sul. “A semelhança jurídica é nítida em relação às recentes enchentes no Rio Grande do Sul, que redundaram em intensas medidas de socorro e reparação”, disse. **Pág. 3**

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirma que “não há mais espaço para novos aumentos da Selic”. “O país adota uma política monetária contracionista, que já se estende desde fevereiro de 2022, impactando o crescimento econômico. Cada ponto percentual a mais na Selic representa cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com juros”, disse. **Página 2**

Vale e Samarco querem 20 anos para indenizar as suas vítimas

Além dos 9 anos já passados, as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), estão propondo um parcelamento em mais 20 anos dos valores referentes ao acordo de reparação às vítimas da tragédia-crime. **Página 4**

Produção industrial paulista cai 1,8%

A produção industrial paulista caiu 1,8% em julho em relação a junho, interrompendo três meses consecutivos de taxas positivas, período em que acumulou avanço de 4,1%, segundo divulgou o IBGE, na sexta-feira (13). **Página 2**

Putin adverte EUA a não liberar mísseis contra Rússia

Pág. 6

O PIB e a austeridade

PAULO KLIASS*

“Para se igualar a Lula 1.0 e 2.0, seria necessário que o Brasil crescesse 5% em 2025 e 2026. Mas, para conseguir tal feito o País deveria se livrar das amarras do arcabouço fiscal e desta política monetária que nada mais faz senão atender aos interesses dos banqueiros”

Desde que o IBGE divulgou as informações a respeito do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira relativamente ao primeiro semestre deste ano, o debate a respeito da orientação estratégica da política econômica do governo Lula voltou a ganhar cores novas. Afinal, o resultado final obtido para 2023 ficou bastante acima das expectativas criadas pela nata do financismo. Essa elite do povo da Faria Lima apostava que o terceiro mandato iria fracassar e cravava um crescimento do PIB de apenas 0,8%. No entanto, as contas nacionais apuradas pelo órgão responsável concluíram por uma elevação de 2,9% em relação a 2022.

Na verdade, tratava-se de mais uma dentre as inúmeras falhas que podem ser observadas nas projeções apontadas pela pesquisa semanal Focus. Esta é uma consulta super seletiva efetuada a cada 7 dias pelo Banco Central (BC) junto a pouco mais de 160 pessoas da alta direção do sistema financeiro. Por meio de tal enquete, por exemplo, o órgão estabelece as bases para definição do patamar da taxa referencial de juros. Ocorre que os resultados apresentados são muito mais definidos pela vontade política e pela aposta especulativa do que propriamente por meio da busca de respostas para a complexidade da realidade social e econômica do País.

O fato é que a dinâmica da economia no ano passado superou – e muito – os desejos da banca e de seus admiradores nos espaços de formação da opinião pública. Como esse pessoal não está muito habituado a reconhecer os seus próprios equívocos, ao longo do correr dos meses foi sendo montada uma operação para justificar os números que deveriam surpreendê-los. O novo argumento vinha na esteira de que o crescimento maior do que o imaginado se deveu, na verdade, à política de austeridade da política fiscal levada a cabo por Haddad no Ministério da Fazenda e pela política monetária arrochada implementada pelo COPOM, sob o comando do indicado por Paulo Guedes e Bolsonaro no BC.

AUSTERIDADE NÃO AJUDA

Assim, para esse pessoal nada significou o volume extra de recursos acrescentados ao Orçamento da União graças à aprovação da PEC da Transição, em um período político complexo entre os resultados conhecidos das eleições no final de outubro de 2022 e a posse de Lula em 1º de janeiro de 2023. O fato é que por meio de tal negociação foi possível ao novo governo assegurar rubricas mínimas na peça orçamentária para políticas públicas relevantes, como saúde, previdência social, educação, assistência social e outras. Com isso, foi possível também levar em frente a promessa de valorização efetivado do salário mínimo, com ganhos reais acima da mera reposição inflacionária. Esse conjunto de fatores assegurou o crescimento da chamada “demanda agregada” e permitiu o aumento do conjunto das atividades econômicas acima do projetado pelos encastelados do oligopólio privado.

Isso significa dizer que a surpresa positiva do PIB de 2023 deu-se justamente apesar da austeridade fiscal e não por conta dela. O Novo Arcabouço Fiscal só foi aprovado no segundo semestre e não teve influência direta no crescimento do Produto ano passado. A insistência quase obsessiva de Haddad com o tema da austeridade, porém, fez com que fossem mantidos critérios absurdos, como a meta de zerar o déficit primário naquele exercício. Em razão disso, o crescimento ficou bem abaixo do potencial que existia, uma vez que as despesas públicas e os investimentos estatais foram explicitamente reduzidos pelo novo governo.

Continua no site: <https://horadopovo.com.br/o-pib-e-a-austeridade-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

“Brasil deve aproveitar o momento para reduzir a Selic”, defende CNI



Ricardo Alban, presidente da CNI: juro alto penaliza o crescimento econômico



Francis Bogossian (no centro da foto), eleito presidente do Clube de Engenharia pela terceira vez, entre os vice-presidentes Olga Simbalista e Fernando Peregrino

Bogossian: Clube de Engenharia estará na luta pela reindustrialização do Brasil

Na noite de segunda-feira (9/9), o Clube de Engenharia realizou sua Assembleia Geral Magna, que oficializou a posse da nova Diretoria, Conselho Fiscal, Terço do Conselho Diretor e das Mesas Diretoras das Divisões Técnicas Especializadas (DTEs) para o triênio 2024-2027. Francis Bogossian assumiu o cargo de presidente pela terceira vez.

A cerimônia contou com a presença de diversas autoridades nacionais. Em seu discurso de posse, Bogossian conclamou os sócios e as entidades coirmãs a unirem esforços pela defesa de um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil, com foco na recuperação do papel da engenharia nacional.

“Nós nos propomos a ser os guerreiros da luta desenvolvimentista do Brasil. Se é a luta, há combates. Pela nossa vontade, estaremos na linha de frente”, declarou em seu discurso. Bogossian destacou que o Brasil tem a oportuni-

dade de retomar a rota do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial. Esse caminho deve ser trilhado a partir da execução do programa Nova Indústria Brasil (NIB), que foi elaborado em conjunto pelo governo e entidades representativas dos empresários e trabalhadores. Segundo ele, são propostas e metas que, se cumpridas, devem proporcionar geração de riqueza para o país, com justiça social e respeito ao meio ambiente.

“Nossa Diretoria assume o compromisso de convocar, pelo Clube, a Engenharia e os engenheiros brasileiros, em conjunto com as demais entidades irmãs a se engajarem na mais importante luta de industrialização das últimas décadas”, ressaltou Francis Bogossian. “Essa nova política está baseada em parâmetros ambientais, sociais e tecnológicos e ao visar adensar as cadeias produtivas no nosso território, com a indispensável ajuda da Energia brasilei-

ra, a NIB produzirá frutos tecnológicos, empregos e objetivos ambientais porque defenderá a soberania brasileira”, acrescentou.

O evento foi realizado no auditório do 25º andar do Clube de Engenharia, que ficou lotado para prestigiar o novo ciclo de gestão. Entre os presentes, destacaram-se Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, Celso Pansera, presidente da FINEP, Sylvia dos Anjos, diretora de Exploração e Produção da Petrobras, e o reitor da UFRJ, Roberto Medronho.

A cerimônia também contou com a presença dos deputados federais Benedita da Silva (PT-RJ), Luiz Paulo (PSD) e Martha Rocha (PDT), além do presidente do IBGE, Márcio Pochmann, e do presidente do Crea-RJ, Miguel Fernández.

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/clube-de-engenharia-estara-engajado-na-luta-pela-reindustrializacao-brasileira-diz-bogossian/>

Com deflação em agosto, elevar os juros será sabotagem ao país

IPCA foi de -0,02% em agosto e desacelerou para 4,24% em 12 meses, derrubando as “estimativas” dos rentistas para o BC aumentar taxa Selic

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação em agosto deste ano, ao variar em queda de -0,02% no mês. Conforme os dados divulgados nesta terça-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado é 0,40 ponto percentual (p.p) abaixo da taxa de julho (0,38%). Em agosto de 2023, o IPCA foi de 0,23%.

Em oito meses deste ano, o IPCA – inflação oficial do país – acumula uma alta de 2,85%, um resultado bem abaixo

dos 3,23% observados para o mesmo intervalo de tempo de 2023. Em 12 meses, a alta é de 4,24%, sendo também abaixo dos 4,50% verificados nos 12 meses imediatamente anteriores.

O resultado do IPCA – que novamente sinaliza que a inflação segue baixa e controlada no Brasil – antecede a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que será realizada na próxima semana, com o fim de definir o nível da taxa básica de juros (Selic), hoje em

10,50% ao ano.

Nos últimos meses, os bancos e instituições financeiras vêm subindo as expectativas de inflação e da taxa básica de juros (Selic), pressionando o Copom a aumentar os juros no Brasil – que segue entre as economias com as maiores taxas de juros reais do planeta (quando descontado a inflação), travando os investimentos e o consumo das famílias. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/com-deflacao-em-agosto-elevacao-de-juros-sera-sabotagem-ao-pais/>

“O país adota uma política monetária contracionista, que já se estende desde fevereiro de 2022, impactando o crescimento econômico. Cada ponto percentual a mais na Selic representa cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com juros”, alerta a entidade

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirma que “não há mais espaço para novos aumentos da Selic”. “Com os sinais de desaceleração da inflação e o cenário global de cortes nas taxas de juros, o Brasil deve aproveitar o momento para reduzir a Selic”, defendeu o empresário, na última quinta-feira (12).

A declaração de Alban vem em confronto às pressões que o mercado financeiro tem feito para que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) eleve a taxa básica de juros (Selic), com o objetivo de travar o “aquecimento” da economia sob a justificativa de conter a inflação. O Copom irá se reunir na próxima semana para definir o rumo da Selic, hoje em 10,50% ao ano.

Para Alban, “a manutenção de uma política monetária tão conservadora coloca o país em uma posição desfavorável na competitividade global e penaliza o crescimento econômico”.

“O país adota uma política monetária contracionista, que já se estende desde fevereiro de 2022, impactando o crescimento econômico. Cada ponto percentual a mais na Selic representa cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com juros”, destaca a CNI.

Em 12 meses até julho deste ano, o setor público (União, estados/municípios e estaduais) gastou R\$ 869,8 bilhões (7,73% do PIB) com o pagamento de juros, segundo dados do BC. Isso é dinheiro extraído de toda sociedade brasileira, recursos que deixaram de ser transformados em investimentos para serem transferidos aos bancos, especuladores e rentistas – que não produzem sequer um prego neste país.

TERCEIRO MAIOR JURO REAL DO MUNDO

A CNI denuncia que “o elevado custo do crédito no Brasil é, em grande parte, consequência de uma taxa básica de juros real muito alta, agravada por um spread bancário expressivo”.

Conforme nota da entidade, publicada na quinta-feira (12), com “a Selic fixada em 10,5% ao ano e a inflação esperada de 3,83% nos próximos 12 meses, a taxa de juros real brasileira alcança 6,42%, significativamente superior à taxa de juros neutra estimada pelo Banco Central, de 4,75%”.

“O acesso ao crédito no Brasil é uma barreira significativa para empresas e consumidores, uma realidade marcada por altos custos e oferta escassa. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) alerta que esse cenário impede o avanço de projetos cruciais para o desenvolvi-

mento econômico do país, afetando especialmente o setor industrial, onde cadeias produtivas mais longas sofrem com o acúmulo de custos financeiros ao longo das etapas produtivas. O resultado é um encarecimento do produto final, comprometendo a competitividade brasileira”.

A entidade cita que o Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial de juro real (descontada a inflação), totalmente distante da “realidade de outros países em desenvolvimento, como África do Sul, Índia e China, que possuem taxas de juros reais consideravelmente mais baixas (3,89% a.a., 2,16% a.a. e 1,15% a.a., respectivamente)”.

“Essa diferença também se verifica quando comparamos o Brasil a economias desenvolvidas. O Reino Unido, por exemplo, apresenta uma taxa de juros real de 2,39% ao ano”, cita também a CNI.

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

A CNI também alerta que com “a tendência global de redução das taxas de juros, o Brasil corre o risco de se distanciar ainda mais do cenário internacional se mantiver sua Selic nos patamares atuais”.

“Recentemente, países como China e México reduziram suas taxas básicas, enquanto economias desenvolvidas, como o Reino Unido e o Canadá, também seguiram o mesmo caminho”, lembra a CNI.

Entre junho e setembro, o Banco Central Europeu (BCE) cortou a taxa de juros em 0,50 ponto, fixando-a nos atuais 3,50%. Nos Estados Unidos, há sinalização pelo Federal Reserve (BC estadunidense) de um possível corte na taxa de juros.

SPREAD MAIS ALTO DO PLANETA

A CNI também aponta que junto com o alto nível nocivo da Selic, o Brasil também enfrenta “um dos spreads bancários mais altos do mundo, atingindo 27,4%, segundo o Banco Mundial”.

“Essa diferença é acentuada quando comparada a países como o Peru, onde o spread é de apenas 7,8%. A elevada concentração bancária no Brasil contribui para essa distorção. Em 2021, cinco bancos dominavam quase 80% dos ativos do sistema bancário, o que limita a competitividade e eleva o custo do crédito para as empresas”, critica a CNI.

“Em junho de 2024”, também ressaltava a entidade, “as empresas brasileiras se financiavam, em média, a uma taxa de 20,94% ao ano. Pequenas empresas, contudo, enfrentam condições ainda mais duras, com taxas quase duas vezes superiores à média”, denuncia a CNI.

IBGE: produção industrial paulista cai 1,8% em julho

A produção industrial paulista caiu 1,8% em julho em relação a junho, interrompendo três meses consecutivos de taxas positivas, período em que acumulou avanço de 4,1%, segundo divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na sexta-feira (13).

“A queda de 1,8%, acima da média nacional, acabou eliminando parte do crescimento acumulado no período”, avaliou Bernardo Almeida, responsável pela pesquisa Industrial Mensal Regional.

Almeida ressaltou que o recuo de 1,4% na produção em julho está concentrado nas atividades com maior peso dentro da amostra nacional. Houve quedas nos setores de produtos derivados de petróleo, no setor extrativo e de alimentos. O resultado de São Paulo, que responde por cerca de 33% da produção nacional e é o parque industrial mais diversificado do país, teve maior influência no resultado total do setor.

De acordo com a pesquisa, dos 15 locais pesquisados, três tiveram recuos na produção. Além de São Paulo, registra-

ram quedas os estados do Pará (-3,8%) e da Bahia (-2,3%).

“Observamos a indústria nacional caminhando num ritmo aquém da sua capacidade operacional”, diz Bernardo Almeida, ressaltando que há um crescimento no ritmo de produção, mas, por outro lado, a indústria caminha de “forma moderada”. “No lado da demanda, observa-se a taxa de juros em patamares elevados impactando na renda disponível e no consumo das famílias. No lado da oferta, os juros encarecem o crédito e inibem a tomada de decisão de investimentos”.

“Por um lado, temos uma melhora no mercado de trabalho e, por outro, temos a taxa de juros refreando os efeitos desse fator positivo. Isso explica esse quadro oscilante no comportamento da indústria”, observa Almeida.

No acumulado do ano, São Paulo apresenta expansão de 4,7% e, em 12 meses, 2,5%. Com o resultado de julho, a indústria paulista está 2,2% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ministro Flávio Dino, do STF, em sessão

Dino autoriza governo a enfrentar queimadas fora da trava do “arcabouço”

Em decisão publicada no domingo (15), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu a crise causada pelas queimadas em todo país e determinou ao governo abrir crédito especial fora do “arcabouço fiscal” para enfrentar a destruição nos biomas, como a Amazônia e o Cerrado.

Uma série de medidas foi tomada pelo magistrado.

A autorização de gastos fora da regra fiscal vale até o final deste ano. Os recursos extraordinários só podem ser utilizados no combate ao fogo.

O ministro argumentou que a crise de queimadas é semelhante à tragédia provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

“A semelhança jurídica é nítida em relação às recentes enchentes no Rio Grande do Sul, que redundaram em intensas medidas de socorro e reparação”, disse. “Sob a perspectiva de conflito entre valores constitucionais (Responsabilidade Fiscal e Responsabilidade Ambiental), deve-se fazer preponderar aquele que possui o maior risco de extinguir-se irremediavelmente, qual seja, o Meio Ambiente e a Vida das populações afetadas”, prosseguiu o ministro.

O ministro também autorizou o governo Lula a eliminar o intervalo de tempo previsto em lei para contratar brigadistas temporários pelo Ibama e ICMBio. Os órgãos ambientais precisam esperar três meses para efetuar novas contratações. O interregno ficará suspenso até o final deste ano, assim como os gastos fora do arcabouço fiscal.

“Pode-se dizer que as consequências negativas para a Responsabilidade Fiscal serão muito maiores devido à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que em decorrência da suspensão momentânea, e apenas para estes últimos quatro meses do exercício financeiro de 2024, da regra do § 7º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal”, escreveu Dino.

A decisão do magistrado foi apoiada pelo ministro da Advocacia Geral da União, Jorge Messias.

“O ministro Dino endereçou de forma adequada e justa a questão da regra fiscal aplicável ao reconhecer a excepcionalidade da emergência climática que o Brasil está enfrentando”, disse Jorge Messias ao Estadão. “Trata-se de uma decisão corajosa e necessária do Supremo Tribunal Federal, que certamente auxiliará o governo nas inúmeras ações que já estão em curso”.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, também deu respaldo às decisões de Flávio Dino.

“Além de punir os terroristas que provocam queimadas, é necessário aplicar muitos recursos em ações de emergência. É justo excluir essa conta dos limites fiscais, como aponta o ministro Flávio Dino”, escreveu Gleisi nas redes sociais.

Lula: ‘bando de imbecis’ quem defende privatizar a Petrobrás



Presidente inaugurou obra no Complexo de Energias em Itaboraí, Rio de Janeiro

Corte no orçamento prejudica “programa estratégico de submarinos”, avalia Múcio

O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou que o programa mais afetado pelos cortes determinados pelo déficit zero de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, foi o da produção de submarinos, entre eles o nuclear.

“Nós cortamos muito. Todo mundo sabe, ninguém está se escondendo, não vou dizer que estou cheio de dinheiro. Tiramos helicópteros, tiramos outras coisas”, disse.

“Eu acho que [a área mais afetada] foi o programa de submarinos. Os projetos estratégicos, coisas que vinham de longe. Procuramos fazer com o nosso efetivo aqui”, contou Múcio em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

Em maio, a Defesa confirmou um corte de 83% no Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos), levando à demissão de 200 trabalhadores especializados na Itaguaí Construções Navais (ICN).

O Prosub, lançado por Lula em 2008, tem parceria com a França para desenvolvimento de submarinos convencionais e um de propulsão nuclear.

O fato ocorreu porque a área econômica do governo, chefiada por Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento), cortou, em agosto, da Defesa R\$ 676 milhões para cumprir a meta de déficit zero. Em abril, o corte foi de R\$ 280 milhões.

Desde 2017, quando foi imposto o Teto de Gastos, a Marinha

perdeu R\$ 1 bilhão em cortes. Até 2028, a Marinha terá que desativar 40% de seus equipamentos de defesa, uma vez que os cortes impedem manutenções e reaparelhamentos.

Em agosto, o almirante Olsen, comandante da Marinha, relatou que, para cumprir as metas fiscais de Haddad, “a Força Naval tem, reiteradamente, anulado a execução de diversas despesas públicas, comprometendo gravemente o custeio e investimentos”.

STARLINK
Na mesma entrevista, José Múcio disse que uma eventual suspensão dos serviços da Starlink, empresa de internet de Elon Musk, no Brasil não afetaria nenhuma área da Defesa.

O atual X, propriedade de Musk, descumpriu ordens judiciais e afrontou a legislação brasileira até ser suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Starlink, empresa que fornece internet via satélite, não cumpriu a decisão de excluir a rede da sua plataforma e manteve o X no ar no Brasil por alguns dias, mas depois recuou e obedeceu a ordem do STF.

Múcio contou que o Exército contratou os serviços da Starlink somente “para comunicação”, em especial para área remota e de fronteira. “É um equipamento simples para as pessoas se comunicarem, falar com a família. Não se sentem

isoladas”.

“Não tem dependência”, afirmou.

“O almirante Olsen usou a seguinte frase para mim: ‘Quanto ao problema de defesa, [uma eventual queda da Starlink] não nos atinge’. Absolutamente tranquilo”, disse.

“Eu liguei para os três comandantes, como faço diariamente, e o tema do dia foi a Starlink. O general Tomás [comandante do Exército] me disse que o militar designado para trabalhar na Amazônia comprava aquele equipamento por mil e poucos reais para poder falar com a família, com a esposa, com os filhos”.

“Então eram pessoas físicas que tinham aquilo. O Exército tinha pouquíssimo. Era mais para a fronteira. A Marinha chegou a fazer um contrato, usava-se muito quando nós íamos fazer aquelas operações de ajuda de saúde das populações ribeirinhas. Para a defesa, [o impacto de eventual queda da Starlink é] zero”, completou.

O ministro da Defesa afirmou que o ministro Alexandre de Moraes, que tomou a decisão inicial de suspensão, “teve coragem e comprou uma briga importante para o Brasil. Não pode desrespeitar as nossas normas. Tinha que se adequar às normas que os outros têm que obedecer”.

“Acho que a Justiça estava correta. Nós tínhamos que proteger a nossa integridade”, defendeu.

Pulseira verde do hospital desmascara teatro de Marçal após levar cadeirada

Na semana passada, a discussão política em São Paulo consistia se uma pessoa, no caso o ex-coach, Pablo Marçal, condenado a cinco anos e quatro meses de prisão por participar de uma quadrilha de roubo a bancos, dentro de um partido acusado de ligações com o PCC, poderia se candidatar a prefeito da maior capital do país. “Não há lei neste país que impeça uma coisa dessas”, questionavam alguns.

Agora tudo mudou depois da cadeirada no debate da TV Cultura. Uma grande parte dos paulistanos acha que foi na medida a cadeirada que ele, Marçal, levou do apresentador e também candidato, José Luiz Datena, no debate da TV Cultura no domingo (15). Muitos acham que ele passou de todos os limites em suas baixarias. Inclusive o próprio Datena disse que se sen-

tia “lavando a alma” dos eleitores de São Paulo.

Já outros acham que o ex-presidiário condenado realmente passou dos limites, mas que a cadeirada teria sido um excesso. Discussões à parte, os memes da cadeirada já se espalham pela internet. Estudos de rede, como o do especialista Pedro Barciela, por sua vez, também começam a mostrar que o ex-coach parece ter se dado mal entre os eleitores ao exagerar em suas provocações.

Mesmo que ele tenha feito vídeos produzidos teatralmente após a cadeirada, inclusive usando máscara de oxigênio para dar um tom dramático à situação, a cor da fitinha – verde – colocada em seu braço no hospital, desmascarou toda sua encenação. Fitas verdes são colocadas em pacientes com danos bem leves. Nos casos

graves, as fitinhas têm cores amarelo, laranja e vermelho. Depois, ele apagou os vídeos.

Após a cadeirada, um áudio com a discussão no debate da TV Cultura mostra que Pablo Marçal estava bem e cogitou que iria seguir no programa, mas depois mudou de ideia para fazer sensacionalismo e encenação de que seu estado era grave.

“Sem maiores complicações associadas”; “está de alta hospitalar”, diz boletim médico do hospital.

“Pablo Marçal demonstrou, em todas as situações em que teve oportunidade, sua falta de caráter. Demonstrou, ainda, que é uma ameaça à cidade de São Paulo. Será detido no voto. Mas, a despeito disso, precisava também ser contido com atos. Foi o que eu fiz”, disse Datena.

“Uma empresa pública como a Petrobrás serve não só para lucrar, mas para prestar serviços ao conjunto da população brasileira”, continuou o presidente da República

O presidente Lula condenou, na sexta-feira (13), as tentativas de privatizar a Petrobrás e chamou de “bando de imbecis” os que defendem a entrega da maior empresa estatal do país. “Quantas vezes já tentaram privatizar a Petrobrás? Quantas vezes tentaram mudar de nome a Petrobrás? Quantas vezes disseram: ‘temos que vender a Petrobrás porque o petróleo vai acabar e vamos ficar com uma empresa que não presta para nada’? Isso é um bando de imbecil quem fala isso, é um bando de imbecil”, disse Lula.

“No dia em que acabar o petróleo, a Petrobrás será a maior produtora de biocombustível desse país, maior produtora de etanol, de hidrogênio verde desse país. A Petrobrás é mais do que uma indústria de óleo e de petróleo, é uma indústria de energia e vai produzir o que for necessário”, observou.

A declaração do presidente aconteceu em discurso na cerimônia de inauguração do Complexo de Energias Boaventura em Itaboraí, no Rio de Janeiro.

“Uma empresa pública como a Petrobrás serve não apenas para lucrar, mas para prestar serviços ao conjunto da população, e uma parte da possibilidade de seu ganho tem que ser revertido em benefício, inclusive do desenvolvimento nacional”, enfatizou o presidente.

Lula condenou o complexo de “vira-lata” de certos setores e lembrou a fundação da Petrobrás, durante o governo de Getúlio Vargas, quando grupos minoritários e subservientes ao estrangeiro foram contra o projeto.

“Esse país precisa gostar de ser grande, gostar de ser respeitado. E quando se trata de petróleo, a gente sabe que desde 1953, quando o presidente Getúlio Vargas pensou em criar a Petrobrás, é só vocês andarem um pouco para o passado e ver a quantidade de editoriais contra, dizendo que o Brasil não tinha que ter petróleo, não tinha que pesquisar. A gente tinha que continuar importando dos Estados Unidos. Esse era o complexo de vira-lata, que perdura até hoje, na cabeça de muita gente”, criticou.

O governo informou que o polo industrial é composto pela maior unidade de processamento de gás natural (UPGN) do país, parte do Projeto Integrado Rota 3 (PIR3), e receberá gás do pré-sal da Bacia de Santos, transportado por meio do gasoduto Rota 3, que também iniciará a operação.

O PIR3 vai viabilizar o es-

Starlink e X pagam multa de R\$ 18,3 mi à União e Moraes desbloqueia contas

Mesmo pagando as multas, o X continua suspenso no país, pois precisa cumprir outras ordens da Justiça brasileira

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), desbloqueou na sexta-feira (13) as contas da Starlink e do X no Brasil, depois de recolher R\$ 18,3 milhões à União referentes às multas impostas ao bilionário Elon Musk por desrespeitar as decisões judiciais brasileiras.

Moraes determinou na quarta-feira (11) o envio de valores que estavam bloqueados. Os bancos Citibank e Itaú, onde a Starlink e o X possuem contas bancárias no Brasil, confirmaram na quinta-feira (12) o cumprimento das ordens do ministro. Com isso, o STF liberou o valor excedente que havia sido bloqueado nas contas e determinou o desbloqueio imediato de todos os bens, imóveis, ativos financeiros e veículos que possam existir em nome das duas empresas.

Mesmo pagando as multas, a plataforma X segue não cumprindo outras determinações da Justiça por isso segue suspensa. A empresa continua se recusando a abrir uma representação formal no Brasil, o que é exigido por lei a todas as empresas que atuam no Brasil. O X também não retirou do ar

coamento de até 18 milhões de m³/dia e o processamento de até 21 milhões de m³/dia de gás pela UPGN e, com isso, aumentar a oferta de gás natural para o mercado nacional, reduzindo a dependência de importações.

Lula criticou a venda de estatais pelos últimos governos, dizendo que esse processo não trouxe melhorias para os brasileiros. “A venda da BR Distribuidora melhorou em que para a sociedade? Barateou o combustível? Tiraram um pedaço da Petrobrás. A Vale está melhor agora por ser privatizada ou era melhor quando era do Estado? E a Eletrobrás?”, questionou.

Lula contou que o governo Bolsonaro pretendia privatizar Petrobrás, contudo, sabendo que encontraria dificuldades políticas para viabilizar o plano, decidiu faltar a companhia. “Como eles sabiam que o Congresso Nacional, mesmo sendo conservador, iria criar confusão para impedir a venda da Petrobrás, resolveram vender ativos da empresa”, afirmou.

O presidente falou do seu orgulho de estar com os petroleiros e usar uma camisa da Petrobrás durante o evento.

“Não fui petroleiro, certamente pela minha formação profissional e pelo pouco tempo de escolaridade que tive, jamais passaria no concurso da Petrobrás”, afirmou

“Como o povo é mais inteligente do que quem faz concurso, o povo achou que eu deveria ser presidente da República e por isso estou aqui na Petrobrás com vocês”, completou.

Ele fez uma homenagem aos trabalhadores, considerando-os responsáveis por produzir as riquezas do país. E se emocionou ao contar a história da sua família. “Não tem nenhum empresário rico porque ele se fez rico, quem fez rico foram aqueles que sujavam a mão na água, que trabalharam, que fizeram o trabalho, que pegaram na colher de pedreiro e fizeram massa. O que queremos é apenas repartir um pouco daquilo que produzimos”.

Para o presidente, o Brasil não pode ser apenas exportador de commodities, é necessário aprender a colocar valor agregado no que é produzido dentro do país. “Esse país tem que ser exportador: exportador de conhecimento, de inteligência, de coisas científicas e tecnológicas mais apuradas”, pontuou.

Também estavam na solenidade o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

Ipec: gestão de Lula é aprovada por 35% e reprovada por 34%

Pesquisa Ipec sobre a administração do governo Lula, divulgada na quinta-feira (12), mostra uma queda na aprovação do governo e uma subida na desaprovação.

Em julho, 37% dos brasileiros achavam o governo bom ou ótimo, agora caiu para 35%. Já os que consideravam o governo ruim ou péssimo subiram de 31% em julho para 34% nesta pesquisa.

Aqueles que acham que o governo Lula é regular variaram de 31% para 28%. Se mantêm em 2% os que não sabem ou preferem não opinar. A variação ocorre dentro da margem de erro, que é de 2 pontos para mais ou para menos.

O levantamento ouviu 2.000 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 5 e 9 de setembro. O levantamento revela alta no descontentamento com os rumos do governo.

O IPEC também perguntou aos brasileiros sobre a confiança depositada no presidente Lula. Segundo o levantamento, a confiança em relação ao chefe do Executivo oscilou de 46% no levantamento de julho para 45% em setembro. Já aqueles que dizem não confiar no presidente passaram de 51% para 52%.

A pesquisa também perguntou aos eleitores se aprovam ou desaprovam a forma como Lula está governando. O resultado apresenta variações dentro da margem de erro da pesquisa, sendo aprovada por 49% da população e desaprovada por 45% (eram 50% e 44% em julho, respectivamente). Entre a parcela que não sabe ou não respondeu, não houve variação e o índice se manteve em 6%.

Fonte: Ipec – Reprodução – G1



Brasil Semicon: Lula sanciona lei que cria a política de produção de chips

Nova política de semicondutores sancionada pelo presidente busca aumentar a competitividade da indústria brasileira por meio da transformação digital

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que cria a política nacional de produção de semicondutores, o Brasil Semicon. Serão destinados R\$ 7 bilhões por ano, totalizando R\$ 21 bilhões até 2026, para estimular investimentos em pesquisa e inovação nas cadeias de chips e eletrônica, com aplicações voltadas para painéis solares, smartphones, computadores pessoais e outros dispositivos associados diretamente à chamada indústria 4.0.

Em cerimônia no Palácio do Planalto nesta quarta-feira, 11 de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a sanção e destacou que o investimento é parte do programa Nova Indústria Brasil (NIB).

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, participou do ato ao lado do presidente Lula, do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ministros de estado, além de representantes de entidades e empresas dos setores de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento sustentável, de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de semicondutores.

De acordo com a ministra Luciana Santos, o novo programa é vital para a economia do Brasil. “A Lei de TICs hoje beneficia mais de 500 empresas no Brasil, resultando em um investimento de R\$ 2,8 bilhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação e em mais de 100 mil postos de trabalho diretos na indústria incentivada, além de envolver mais de 20 mil pesquisadores de ICTs. Já o Padi ocasionou, em 2023, um investimento em P&D da ordem de R\$62 milhões, gerando um faturamento de R\$ 1,8 bilhão nas empresas incentivadas e R\$ 88 milhões em crédito tributário, enfatizou. A expectativa é que, nos próximos anos, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de semicondutores atinjam mais de R\$ 4 bilhões.

A nova política de semicondutores, sancionada pelo presidente foi aprovada pelo Senado no final de julho e busca aumentar a competitividade da indústria brasileira por meio da transformação digital.

O objetivo é digitalizar 50% das empresas industriais brasileiras até 2033, com uma meta intermediária de 25% até 2026. Para isso, as empresas devem adotar pelo menos três das seguintes tecnologias: serviços em nuvem, ERP/CRM, Big Data, robôs de serviço, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial (IA).

“Aqui vamos fazer a melhor orla do Brasil”, afirma João Campos em Brasília Teimosa

Durante caminhada, na manhã do último sábado (14), em Brasília Teimosa, Zona Sul, o prefeito do Recife e candidato à reeleição, João Campos (PSB), destacou entregas da atual gestão, veiculou o jornal Folha de Pernambuco.

Na atividade de campanha à reeleição, Campos incentivou a militância a seguir fazendo “campanha propositiva”, como resposta aos adversários e falou que o amor pela cidade norteia o trabalho dele à frente do Executivo municipal.

Pesquisa do Instituto Futura Inteligência, em parceria com a empresa 100% Cidades, divulgada na última sexta-feira (13), aponta Campos na liderança para o segundo mandato.

O candidato à reeleição tem 74,7% das intenções de voto. O segundo colocado, o ex-ministro do Turismo, e bolsonarista Gilson Machado (PL), pontua com apenas 12,8%.

Em discurso ao lado do vice, Victor Marques (PCDoB), Campos disse que vai seguir trabalhando e fazendo o bom combate.

“Deixa o apherreio, o ódio, a mágoa para os adversários, que não têm o que mostrar para Recife. Esse ódio, rancor, mágoa, agressão, isso faz mal para quem tem. No meu coração só tem amor, e eu vou dar muito amor ao Recife”, afirmou.

Os investimentos iniciais serão direcionados para áreas como a fabricação de chips, fibras óticas, robôs, instalação de datacenters e serviços de computação em nuvem, além da otimização de processos industriais, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura.

O setor público destinará R\$ 24,8 bilhões para a produção nacional de semicondutores. Esse montante será utilizado para pesquisa, desenvolvimento, aumento da capacidade produtiva e expansão das fábricas. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) também anunciou uma linha de crédito de R\$ 4,5 bilhões para a indústria de semicondutores.

NIB – MISSÃO 4

O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin detalhou um conjunto de ações para o avanço da indústria em setores como internet das coisas, inteligência artificial e Big Data, entre outros.

O objetivo da Missão 4 da NIB é transformar digitalmente 50% das empresas industriais brasileiras até 2033, com meta intermediária de 25% em 2026, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de tecnologias emergentes e disruptivas. Atualmente, o percentual de indústrias digitalizadas é de 18,9% (2023).

São R\$ 186,6 bilhões para esse fim, entre recursos públicos e privados. Desses, R\$ 42,2 bilhões já foram alocados pelo setor público e outros R\$ 58,7 bilhões serão direcionados a partir de agora. Da parte do setor produtivo, os investimentos anunciados somam R\$ 85,7 bilhões.

Os primeiros investimentos serão direcionados à fabricação de chips, fibras óticas e robôs, instalação de datacenters e computação em nuvem, otimização de processos industriais, telecomunicação, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura, entre outras áreas.

Este é o segundo evento de uma série a ser feita de maneira escalonada, a partir de cada uma das missões da NIB. No mês passado, o governo anunciou novidades da missão 2, voltada ao complexo econômico-industrial da saúde.

Até o momento, R\$ 42,2 bilhões já foram alocados pelo setor público, e outros R\$ 58,7 bilhões serão direcionados a partir de agora. Do setor produtivo, os investimentos anunciados hoje somam R\$ 85,7 bilhões.

Campos enumerou obras e projetos realizados na atual gestão e também mencionou o projeto Orla Recife, que promete transformar a orla com novos quiosques e a requalificação do calçadão, interligando Brasília Teimosa à Praia do Pina.

“Esse território sabe o quanto a gente trabalhou. Aqui na frente tem o Compaz Leda Alves, que foi a gente que fez. Tem a USF+ Guilherme Robalinho, que foi a gente que fez. Aqui na frente estão sendo construídos uma creche e o maior e mais bonito parque da cidade, que vai ser o Parque Eduardo Campos, no Aeroclube”, disse.

“Aqui também vamos fazer a melhor orla do Brasil, do Parque das Esculturas até o limite com Jaboatão. Nós vamos fazer o calçadão da orla interligando o Pina a Brasília Teimosa e vamos fazer um mercado de primeiro mundo aqui no Pina, o Mercado do Peixe”, acrescentou.

“Vai dar para vender frutos do mar frescos e também vai haver local para preparo, para os turistas que vêm do mundo inteiro conhecerem a melhor comida de frutos do mar do Brasil, que é a de Brasília Teimosa. Isso vai ajudar quem trabalha com pesca, quem trabalha com a culinária, vai ajudar o povo dessa terra”, finalizou.



Objetivo é digitalizar 50% das empresas industriais brasileiras até 2033



Delegado destacou que ação dos criminosos é realizada de forma coordenada

Queimadas ocorrem por meio de ação de criminosos, afirma delegado da PF

O delegado da Polícia Federal Humberto Freire de Barros disse que parte dos incêndios florestais que assolam o país ocorrem por meio de ações coordenadas criminosas. A declaração do delegado foi dada em entrevista realizada nesta sexta-feira (13) pela GloboNews.

Além de delegado da polícia federal, Barros é diretor de Amazônia e Meio Ambiente da PF. Segundo ele, a investigação preliminar da polícia aponta para realização de incêndios simultâneos. “A gente

vê que alguns incêndios começaram quase que ao mesmo tempo. Isso traz o indicio de que podem ter acontecido ações coordenadas. E um ponto inicial da investigação”, afirmou na entrevista.

A hipótese de ação humana em parte das queimadas que assolam o país neste mês também já foi levantada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que determinou medidas para o enfrentamento aos incêndios na Amazônia e no Pantanal.

Na terça-feira (10), durante audiência de concilia-

ção realizada pela Corte, Dino defendeu a investigação e punição de quem provoca queimadas ilegais.

“Há ação humana. Por isso, o Supremo vem com essa ideia de diálogo, mas, ao mesmo tempo, de coerção, investigação e punição dessa ação humana”, disse o ministro.

De acordo com levantamento mais recente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, estão sendo usados para o combate às chamas no Pantanal 842 profissionais e 18 aviões. Há 116 incêndios registrados e 83 extintos.

Funcionários protestam contra desmonte da TV Cultura pelo governo Tarcísio de Freitas

Na última sexta-feira (6), mais de 100 funcionários da Fundação Padre Anchieta (FPA), mantenedora da TV Cultura, se reuniram em assembleia contra as demissões que têm ocorrido na entidade.

Segundo o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, os trabalhadores da FPA, TV Câmara e Jazz Sinfônica sofrem com salários defasados e a precarização de colegas PJs que fazem o mesmo trabalho sem direitos trabalhistas.

A entidade denuncia que os cortes são “decorrentes do fim de vários programas da grade da emissora e a política de sucateamento da TV Cultura promovida pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos)”.

A emissora suspendeu 8 programas: Entrelinhas, Estação Livre, Brasil Mostra Sua Cara, Negros em Foco, Legião Estrangeira, Giro Econômico, Balaio e Na Cadência do Samba.

“Em quase 20 anos de TV Cultura nunca vivi uma situação como essa com tantos programas suspensos ou cancelados”, denuncia Luiza Moraes, diretora de ação sindical do Sindicato dos Jornalistas (SJSJSP).

Conforme a dirigente, já era de conhecimento geral que a situação financeira da FPA vinha se agravando. Mas os funcionários ficaram surpresos com o exposto pela direção da fundação para imprensa de que a falta de receitas está diretamente ligada a publicidade e prestação de serviços para terceiros.



“Em quase 20 anos, nunca vivi uma situação como essa com tantos programas cancelados”

“Há meses ouvimos que o orçamento de custeio foi 100% contingenciado pelo Governo do Estado. Dinheiro que faz falta para pagar despesas básicas. Agora, depois que os fatos recentes se tornaram públicos vem a declaração de que não tem nada a ver com o governo estadual! No mínimo, causa estranheza!”

A Cultura nega, no entanto, que o motivo dos cortes seja uma suposta redução do repasse de verbas do Governo do Estado de São Paulo.

“A TV Cultura esclarece que a suspensão da gravação de alguns programas de sua grade, temporariamente – como Legião Estrangeira, Giro Econômico, Brasil, Mostra a Tua Cara!, Estação Livre e Entrelinhas –, nada tem a ver com repasse de verbas realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo”, diz a nota.

“A diminuição de receitas da emissora está diretamente ligada à publicidade e prestação de serviços para terceiros e outros. A TV Cultura tem mantido relação amistosa com o governo, com o qual tem permanente diálogo. A maioria desses programas permanecerá no ar por meio de reprises, e as gravações serão retomadas em momento oportuno”, diz ainda o comunicado da emissora.

A TV Cultura tem 765 funcionários CLT e pouco mais de mil colaboradores em regime PJ, segundo os sindicalistas. Há cerca de um mês, os colaboradores PJ não receberam o pagamento de agosto na data acordada. Sem dinheiro, não tiveram como almorçar e nem voltar para a casa. Porém, a emissora negou qualquer transtorno e afirmou ser apenas um problema bancário.



Após nove anos, crime cometido pelas mineradoras segue impune

Vítimas de Mariana repudiam proposta das mineradoras de parcelar reparação em 20 anos

As empresas responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), estão propondo um parcelamento em 20 anos dos valores referentes ao acordo de reparação às vítimas da tragédia-crime ocorrida em 2015. A ideia defendida pela Vale, Samarco e BHP, gera insatisfação de entes federais como União, Ministério Público, Defensoria Pública, de ministérios públicos e defensorias públicas de MG e ES, do governo do Espírito Santo – e até do de Minas Gerais. Esse último, ferrenho defensor e incentivador da mineração predatória e desenfreada, na figura do governador Romeu Zema (NOVO).

De acordo com a coluna de Fábio Zanini na Folha de SP desta quinta-feira [12], sob reserva, representantes desses poderes ressaltaram que pela proposta, a última parcela seria paga 30 anos após o desastre que gerou o pagamento das indenizações.

“É uma vergonha, é achar que os atingidos são bobos. E quem aceitar um prazo desse, é porque não tem responsabilidade com os atingidos – muito menos com a reparação – e muito menos em punir crimes ambientais, socioambientais dessa envergadura, que vai permitir, se assim for, ficar impune, vai permitir que novos crimes ambientais se repitam”, disse Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB] ao HP.

“Esses 20 anos não têm nada a ver. É uma garantia de segurança jurídica para as empresas e uma insegurança jurídica para os atingidos e para o Brasil porque, ninguém garante que daqui a 20 anos essas empresas estarão com tanto lucro como elas têm tido no último período”, continuou.

Para Joceli, “é um absurdo já terem se passado nove anos, acutilaram [Vale, Samarco e PHB] muitos bilhões e já poderia ter sido feita a reparação integral”, questiona. “Agora vêm com essa ideia de pagamento em 20 anos através de um acordo em que os atingidos não participam”, critica o atingido.

LUCROS RECORDES

Enquanto coteja a insidiosa ideia, a Vale auferiu lucros estratosféricos. Um balanço da companhia divulgado no final de julho deste ano registra um lucro líquido de R\$ 14,59 bilhões [US\$ 2,76 bilhões] no segundo trimestre de 2024. O desempenho foi 210% maior que o do mesmo período de 2023, quando tinha lucrado R\$ 4,57 bilhões.

Já na comparação com o primeiro trimestre deste ano, o lucro do segundo cresceu 65%, atingindo uma receita líquida de R\$ 51,7 bilhões [US\$ 9,9 bilhões] no período, alta de 3% na comparação com o segundo trimestre de 2023 e de 17% na comparação com o primeiro deste ano.

O desempenho, segundo a Vale, é reflexo do aumento de 7% nas vendas de minério de ferro na comparação com 2023, com uma adição de 5,4 Mt [milhões de toneladas métricas]. Ante o 1º trimestre deste ano, a alta foi de 25%, puxada por uma produção recorde para um 2º trimestre desde 2018, bem como pelas vendas de estoques.

Indiferente à dor e à longa espera das pessoas que há anos aguardam uma solução para mitigar os efeitos do desastre, o CEO da companhia comemora os louros. “Nosso forte desempenho operacional continua trimestre após trimestre. Em soluções de minério de ferro, alcançamos uma produção recorde para um 2º trimestre desde 2018, impulsionada principalmente pelo desempenho consistente do [complexo minerário] S11D”, afirma Eduardo Bartolomeo.

Na quinta-feira [5], atingidos da Bacia do Rio Doce e Litoral Capixaba entregaram uma pauta de reivindicações ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região [TRF-6], onde estão em curso as negociações. O documento expressa as demandas dos moradores das regiões atingidas pelo desastre. A data coincide com a mobilização realizada em todo o Brasil pelo Dia da Amazônia.

GANÂNCIA DAS MINERADORAS

Durante a entrega do texto, o representante do MAB lembrou que os rompimentos de Mariana e Brumadinho não foram causados por mudanças climáticas, como defendem as empresas, mas pela ganância por lucro, que destruiu o Rio Doce e o Rio Paraopeba.

O representante do MAB reforçou o pedido pela quebra do sigilo do acordo de repactuação e a inclusão imediata da população atingida nas negociações. “Na visão do MAB, é um absurdo ter um acordo em que os atingidos não participam [das negociações] sendo que elas são a prioridade no processo de reparação”.

Ele argumenta que, o acordo, tal como está sendo encaminhado, viola leis que garantem essa participação. Segundo o atingido, a reparação proposta de R\$ 100 bilhões é insuficiente: estudos feitos por Assessorias Técnicas Independentes – e apresentados em documento – já quantificaram que os danos ultrapassam R\$ 700 bilhões, enfatiza. “O valor apresentado no processo de negociação é um absurdo. Tá muito longe de conseguir alcançar a reparação integral e garantir a justiça no caso ocorrido lá em Mariana”, avalia o atingido.

“São as renúncias fiscais sem controle que prejudicam as contas da Previdência”, afirma Anfip

Segundo maior orçamento da União, atrás apenas do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, a Previdência Social segue alvo de ataques do setor especulativo e de seus representantes no Congresso Nacional, que fazem pressão por uma nova reforma da Previdência.

O tema foi pauta de recente audiência pública na Câmara dos Deputados, organizada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, que reuniu representantes dos aposentados, auditores fiscais e parlamentares, que convocaram ampla mobilização em defesa da Previdência Social.

Em seu discurso, o vice-presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Gilberto Pereira, ressaltou que as contas da Previdência são prejudicadas, principalmente, pelas constantes renúncias fiscais, que desviam recursos que deveriam ser destinados ao pagamento de aposentadorias e outros benefícios sociais. “Sabe o que prejudica as contas da Previdência? As renúncias fiscais. Renúncias que não têm nenhum controle. Tiram recursos da Previdência e depois dizem que ela é deficitária”, afirmou.

Gilberto enfatizou que essas renúncias beneficiam, principalmente, empresários e setores específicos, enquanto os recursos poderiam ser investidos em políticas públicas, como saúde e educação. Ele criticou duramente a falta de fiscalização e a contínua concessão dessas isenções fiscais, argumentando que isso agrava o financiamento da Previdência e prejudica a população, especialmente os aposentados.

Gilberto também alertou para a precarização de benefícios e programas da Previdência Social desde a reforma, que, além de ampliar exigências e diminuir o valor dos benefícios, “desestruturou os serviços presenciais, inclusive a perícia médica”. “O descompasso nesses serviços prejudicou o acesso aos benefícios acidentários e às pessoas com deficiência aos benefícios da LOAS [Benefício de Prestação Continuada]”, aponta.

O senador Paulo Paim, que mediu os debates, lembrou os trabalhos realizados pela CPI da Previdência, em 2017, quando ficou comprovado que a Previdência não é deficitária e que os principais problemas decorrem de má gestão, sonegação e corrupção. “Uma nova reforma previdenciária no país dificultará ainda mais que os trabalhadores se aposentem, aumentando os requisitos ou o tempo de contribuição. É imprescindível assegurar e proteger o atual modelo brasileiro de Previdência Social”, afirmou Paim.

APOSENTADOS

O presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, destacou que aposentados e pensionistas combateram arduamente a reforma da Previdência bolsonarista, e agora é fundamental que a defesa do sistema previdenciário seja abraçada por toda a sociedade. “As reformas prejudicam não apenas os aposentados, mas também retiram o direito dos trabalhadores à aposentadoria”, frisou.

“Temos que nos mobilizar. A Previdência é o lugar onde mais tem dinheiro e a CPI provou que não há déficit, mas sim problemas que precisam ser resolvidos”, disse o presidente da Cobap.

Bernardini e trabalhadores debatem projeto nacional de desenvolvimento



Centrais pedem redução dos juros durante manifestação em frente ao BC



Entidades repudiam projeto que impõe barreiras à aposentadoria de servidores estaduais e municipais

Entidades de servidores estaduais e municipais de todo o país estão em ampla mobilização para barrar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 66 (PEC 66), que tramita no Congresso Nacional, e é chamada pelos sindicalistas de “PEC da Morte”, pois promete “enterrar de vez o direito à aposentadoria” do funcionalismo público.

De acordo com as entidades, a PEC, que já foi aprovada no Senado, sem que tenha havido nenhuma discussão com os setores afetados, e segue para aprovação pela Câmara dos Deputados, obriga todos os entes federativos a adotarem integralmente em seus Regimes Próprios de Previdência Social a reforma da Previdência de 2019, de Jair Bolsonaro, que dificulta enormemente a aposentadoria (mais idade, mais tempo de serviço e menor benefício no final), além de elevar alíquotas mensais dos ativos, aposentados e pensionistas.

As entidades denunciam que a proposta, articulada durante a Marcha dos Prefeitos em Brasília, visando aliviar a dívida dos municípios, acaba transferindo o ônus para os trabalhadores do setor público.

A proposição da PEC 66/2023 é do senador Jader Barbalho (MDB-PA). Em princípio, a PEC seria para reabrir o prazo de parcelamento das dívidas das prefeituras com a Previdência Social.

Mas, segundo as entidades sindicais, “em maio deste ano, após articulação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros parlamentares apresentaram

emenda prevendo que estados e municípios aplicassem integralmente a reforma da Previdência de 2019 nas previdências próprias. O relator da proposta, senador Carlos Portinho (PL/RJ), acatou a emenda, sem ressalvas”.

Para o diretor da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Alderi Zanatta, “a sociedade civil organizada precisa participar das discussões, sobretudo os representantes dos trabalhadores do serviço público, que estão na mira desse confisco e que acarretarão com os prejuízos de uma mudança irrisorável, aprovada no Senado sem o necessário cuidado com seus aspectos técnicos e com os prejuízos sociais resultantes”.

Desde antes da aprovação da PEC no Senado, em meados de agosto, entidades como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Centrais Sindicais e entidades estaduais promovem diversas ações contra a PEC.

Esta semana, as entidades divulgaram uma Nota pública à Nação brasileira contra a PEC 66/2023, além de uma Carta, no mesmo sentido, aprovada no XXII Seminário Sul-brasileiro de Previdência Pública, realizado pela Associação Gaúcha das Instituições de Previdência Pública – AGIP, nos dias 4, 5 e 6 de setembro, em Porto Alegre, que reuniu 900 servidores públicos representando 18 Estados.

Entre os pontos levantados pelos documentos, as entidades defendem a inconstitucionalidade da PEC, já que mudanças nas “leis que dispõem sobre a aposentadoria, nos termos da alínea ‘c’

do inciso II do artigo 61 da Constituição Federal” não podem ser propostas pelo Senado, pois são prerrogativa “privativa do Presidente da República”, diz a Nota.

A Carta aprovada em Porto Alegre afirma que “a atual redação da referida PEC gera insegurança jurídica, na medida em que o texto não garante a manutenção das Reformas já implementadas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de 955 Municípios, de 26 Estados e do Distrito Federal, que juntos, representam 46% dos 2.092 Regimes Próprios do Brasil”.

De acordo com o documento, a PEC “também apresenta um retrocesso social significativo, ao desconstituir conquistas alcançadas pelos entes públicos, RPPS e servidores públicos”.

“A expectativa é de que o Legislativo acolha uma proposta de emenda que além de ser clara e precisa contemple a manutenção da autonomia dos entes, das diversidades locais, de um maior prazo para os debates e avaliações e que respeite os atos jurídicos perfeitos já promulgados pelos entes, que cumpriram todos os ritos para a implementação de suas Reformas, com base na Constituição”, afirmam as entidades.

Por fim, os documentos apontam ainda que “a PEC 66/2023 viola o princípio do retrocesso social ao permitir a fixação de regras mais rígidas aos servidores estaduais e municipais do que as normas gerais previstas na Constituição Federal para os servidores públicos federais”.

Empresários e representantes das Centrais e confederações de trabalhadores debatem manifesto unitário pelo desenvolvimento

Nesta última terça-feira (10), começou a ser desenhado o esboço de um posicionamento comum entre a Fiesp e representantes de quase uma dezena de entidades de trabalhadores, entre as principais centrais e confederações do país. No encontro, Mário Bernardini, membro do Conselho Superior de Economia da entidade da indústria de São Paulo, apresentou um documento aos trabalhadores, “com prazo necessário para debater e aberto a adendos, sem parcimônia”.

Bernardini declarou que gostou bastante da discussão, corroborou com a opinião dos dirigentes sindicais e enfatizou o quadro de desalento com a estagnação do país há 40 anos de política neoliberal e o contraste com o crescimento de 7,5% nos 20 anos anteriores. Para ele, enquanto o lucro em aplicações financeiras for maior que o

investimento na produção, não há como se falar em desenvolvimento econômico. Nas próximas edições do HP, traremos a reportagem completa dos debates da reunião.

Mário Bernardini comunicou aos sindicalistas que recomendaria a realização do encontro com o presidente da Fiesp, Josué Gomes, a quem apresentou o documento que publicamos a seguir. Este seria, então, “com as contribuições dos trabalhadores, a base de uma campanha nacional de esclarecimento da nação sobre urgência de um projeto de desenvolvimento nacional”, sem os entraves do neoliberalismo.

De acordo com Bernardini, o texto “apenas pretende ser um roteiro, sem nenhuma intenção de esgotar o assunto. Está aberto a receber críticas e sugestões para melhorá-lo”.

CARLOS PEREIRA

UM PROJETO PARA O BRASIL

Justificativa

Na segunda metade do século passado e, mais precisamente, entre os anos de 1950 e 1980, o Brasil cresceu à taxa média de 7,1% ao ano, quase o dobro da média mundial. Entretanto, a partir dos anos 80, passamos a crescer, consistentemente, abaixo do mundo, perdendo espaço no PIB mundial, onde nossa participação caiu de 4,3% em 1980, a 2,5%, em 2020.

Não somente crescemos pouco, mas, nas duas décadas conhecidas como perdidas, ou seja, a de 80 a 90, e a de 2010 a 2020, houve queda na renda per capita dos brasileiros. Nestas quatro décadas, passamos de um país conhecido como o “país do futuro” para um país onde um terço da população está abaixo da linha de pobreza, vivendo basicamente de repasses públicos.

Os efeitos colaterais do baixo crescimento são muitos, e podem ser vistos e sentidos, no dia a dia. Os brasileiros tinham, em 1980, uma renda média 60% superior à renda média mundial, enquanto, hoje, estamos abaixo da média mundial. Em resumo, neste período, passamos de um país emergente para um país submergente, que não mais almeja vir a ser um país desenvolvido.

Objetivo

O objetivo do projeto é o bem-estar e a prosperidade da sociedade brasileira que, face ao exposto, passa, obrigatoriamente, pela retomada do crescimento econômico sustentado, a taxas médias maiores da média do crescimento do PIB global, com simultânea redução das desigualdades, distribuição de renda, e nivelamento no acesso às oportunidades.

Meios, instrumentos e metas

Meios: as experiências dos países que tiveram sucesso em seus modelos de desenvolvimento, especialmente no sudeste asiático, e as recentes iniciativas dos principais países desenvolvidos para estimular seu próprio desenvolvimento apontam, ambas, para o resgate do papel do Estado como planejador, coordenador e indutor da atividade econômica.

O Estado deve, além de garantir um ambiente macroeconômico estável, e um ambiente de negócios que estimule o investimento privado, reduzir fortemente a insegurança jurídica, e eliminar as ineficiências sistêmicas que levam o Brasil a acrescentar mais de 30 pontos percentuais a nossos custos, quando comparados com nossos principais concorrentes externos.

Em resumo, é necessário que, após quatro décadas de interregno neoliberal, o Estado retome seu protagonismo como planejador de longo prazo, capaz de propor e implementar as políticas públicas necessárias para a retomada do desenvolvimento sustentado, tendo em vista uma maior autonomia tecnológica e produtiva, dentro do paradigma da transição verde.

Instrumentos: Os preços básicos de nossa economia devem estar alinhados aos de nossos principais concorrentes, para termos as condições mínimas de competir com eles. Juros reais de mercado e um sistema tributário equivalentes à média da OCDE e câmbio competitivo e pouco volátil, são condições obrigatórias para o Brasil poder retomar seu crescimento.

E, como o investimento de hoje é tido como o maior responsável, tanto do aumento da produtividade, quanto do crescimento futuro, será necessário tornar atrativo o investimento privado, hoje em desvantagem face aos investimentos financeiros que, em média, tem menor risco, maior rentabilidade, prazo de retorno mais rápido, e tratamento fiscal mais favorável.

Assim, tratar de forma isonômica todo e qualquer tipo de investimento, e taxar igualmente qualquer tipo de renda, independentemente de sua origem e o ponto de partida para não distorcer a alocação de capital entre os setores da economia. Temos que entender, por mais óbvio que seja, que o custo de capital dos investimentos produtivos, não pode ser superior ao retorno médio das empresas.

Por outro lado, a história mostra que os países que se tornaram ricos, ou que estão no caminho para se tornarem desenvolvidos, tiveram, e tem, na indústria seu principal instrumento para criar empregos de qualidade, desenvolver tecnologia e aumentar sua produtividade, inclusive por ela ter capacidade de transbordar estes efeitos para os demais setores da economia.

Metas: as principais metas, dentro do objetivo de melhorar a prosperidade e a qualidade de vida da sociedade brasileira, serão metas sociais, como emprego formal, renda do trabalho, escolaridade e desempenho escolar, desigualdade de renda, desenvolvimento humano, qualidade dos serviços públicos como saúde, segurança, acesso ao saneamento básico, à internet de banda larga...

As metas deverão expressar de forma realista, mas ambiciosa, onde estaremos no fim do arco de tempo coberto pelo projeto, que não deverá ser inferior a doze anos. Elas serão acompanhadas através de indicadores ou métricas, comparáveis internacionalmente, com metas intermediárias ao longo do cronograma. Elas serão elencadas e quantificadas no anexo a este documento.



Na Bahia, funcionários da Caixa e do BB rejeitam 0,7% de aumento real

Os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da Bahia aprovaram deflagração de greve geral a partir da próxima sexta-feira (13).

A decisão aconteceu em assembleia na segunda-feira (9), quando a proposta de 4,64% de reajuste este ano, que representa aumento real de 0,7%, e de 0,6% em 2025, apresentada pelos bancos durante as negociações da campanha salarial, foi rejeitada pela maioria da categoria.

No BB, foram 70,53% votos pela rejeição com indicativo de greve, 27,26% pela aceitação e 2,21% abstenções. Já na Caixa, entre os votantes, 91,74% optaram pela rejeição,

6,4% votaram a favor da proposta e 1,86% se abstiveram.

De acordo com o Sindicato dos Bancários da Bahia, no município de Jequié a greve será apenas na Caixa, pois a proposta do BB já havia sido aprovada na semana passada. Em Ilhéus, os funcionários do BB rejeitaram a greve.

Orientados pela Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, uma nova assembleia ocorrerá na noite de quinta-feira (12), para deflagração da greve. “Antes haverá uma plenária para avaliação das possíveis propostas apresentadas pelos bancos durante a semana”, afirma a entidade.



700 artistas dos EUA pedem cessar-fogo na Faixa de Gaza



Mark Ruffalo e Susan Sarandon com destacada atuação contra agressão aos palestinos

Dia histórico: Palestina passa a ter assento na Assembleia Geral da ONU

Em um desenvolvimento histórico, o representante permanente da Palestina nas Nações Unidas, embaixador Riyad Mansour, assumiu oficialmente um assento na Assembleia Geral da ONU, pela primeira vez em sete décadas. Situado entre o Sudão e o Sri Lanka, o assento de Mansour está marcado com uma placa que diz "Estado da Palestina", assinalou a agência de notícias Wafa.

A presença da Palestina foi possível graças a uma resolução afirmando que ela é elegível para ser membro pleno da ONU, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de maio por 143 votos a 19, depois do veto dos EUA em abril no Conselho de Segurança da ONU à aprovação ali do reconhecimento pleno do Estado da Palestina.

A cerimônia anual de abertura da Assembleia Geral da ONU ocorrerá no próximo dia 22, e por tradição será presidida pelo Brasil, que votou tanto a favor do reconhecimento pleno da Palestina no CS quanto na sessão de emergência da AG de maio.

"É muito importante — nos aproxima mais e mais de nosso direito legal e natural de nos tornarmos membros plenos da Organização das Nações Unidas", saudou o embaixador Mansour, no início dos trabalhos na terça-feira (10).

"Isso não é somente uma questão de procedimentos — este é um momento histórico para todos nós", enfatizou o embaixador egípcio, Osama Mahmoud Abdelkhalek Mahmoud.

De acordo com essa decisão



Riyad Mansour, embaixador da Palestina na ONU

de maio da Assembleia Geral, embora ainda continue sob o status de "Estado observador não membro", obtido em 2012, a Palestina terá assento no órgão e poderá apresentar diretamente resoluções e emendas.

Atualmente, dois terços dos membros da ONU já reconhecem o Estado da Palestina, processo que só não se concluiu porque, no Conselho de Segurança, Washington segue protegendo Israel e seu regime de apartheid e supremacia.

A resolução da Assembleia Geral de maio também instou o CS a "reconsiderar favoravelmente" o direito palestino à representação plena na ONU, de acordo com a Carta da ONU e as decisões da CIJ.

Também expressou seu "apoio inabalável à Solução de Dois Estados de Israel e Palestina, vivendo lado a lado em paz e segurança dentro de fronteiras reconhecidas, com base nas fronteiras anteriores a 1967".

Como se sabe, Israel foi criada sob uma resolução da ONU cuja segunda, parte, o Estado Palestino, segue bloqueada até

hoje e sem ser cumprida.

O que não impediu o vice-representante de Israel na ONU, Jonathan Miller, de alegar como "prêmio ao terrorismo" qualquer ação que "melhore o status" dos palestinos, "seja na Assembleia Geral ou bilateralmente". Em junho, o parlamento israelense votou pela rejeição de um Estado palestino, inclusive como parte de um acordo de paz.

Israel está sob investigação da Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU por genocídio em Gaza, denúncia apresentada pela África do Sul, país que derrotou o apartheid e o racismo na década de 1990. A respeitada revista médica The Lancet estimou em quase 200 mil — entre mortes diretas pelos bombardeios e indiretas — a escala do genocídio.

A Palestina já anunciou que sua resolução de estria será para implementar a decisão de 19 de julho da Corte de Haia, como é habitualmente chamada a CIJ, que deliberou pelo desmantelamento da ocupação ilegal israelense

Para vetar o reajuste nas aposentadorias, Milei reprime a cacete, gás pimenta e tiros de borracha

Por somente sete votos, a oposição argentina não alcançou os 2/3 necessários na Câmara dos Deputados para derrubar o veto que mantém o arrocho imposto por Milei às aposentadorias. Foram 153 votos contrários e 87 a favor da excrecência, garantindo ao presidente a manutenção da lógica de espremer pensões e aposentadorias em nome do "ajuste fiscal", fazendo caixa para banqueiros e especuladores.

O projeto opositorista previa uma atualização mensal das aposentadorias baseada no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), além da incorporação de uma quantia extra de 8,1% para compensar a perda obtida nos quatro primeiros meses do mandato.

Se no lado de dentro da Casa a situação estava tensa, envolvendo escandalosas negociações, do lado de fora Milei mobilizou oficialmente um batalhão de 900 policiais — entre a divisão de choque dos esquadrões Federal, Infanteria, Prefeitura e Gendarmaria, além de infiltradas — para distribuir cacete, gás pimenta nos olhos e tiros de borracha dos manifestantes. O resultado foi mais de 50 feridos, entre eles duas crianças — uma de 11 e uma de nove anos —, uma pensionista atropelada por um policial motorizado por levantar um cartaz contrário ao arrocho e até mesmo um bebê. "Estávamos vindo do médico, passamos para chegar ao hotel e eles dispararam gás", explicou a mãe. Nas imagens é possível ver



Aposentados enfrentam o aparato policial de Milei

a criança visivelmente afetada após respirar os gases atirados pelas tropas.

Entre os efeitos nocivos dos gases, "transformados em instrumentos de tortura", explicaram as organizações de Direitos Humanos, esses gases causam lesões graves dependendo da parte do corpo afetada. "No nível pulmonar, causa broncoespasmo e crises de asma em pessoas sem histórico de patologia do trato respiratório; causa irritação na pele, sensação de queimação e queimaduras químicas de primeiro grau a nível ocular; provoca inflamação da córnea e cegueira temporária".

Convertendo a Argentina em um Estado políaco, a ministra da (In)Segurança Patricia Bullrich mandou "identificar" os membros da oposição e não economizar na barbárie, enquanto qualificava a mãe das crianças de "irresponsável e vio-

lenta". Nenhuma palavra sobre a mãe do bebê. A declaração de Bullrich foi em resposta a um pronunciamento da Anistia Internacional de que "as crianças não podem ser alvo de impactos de gás e balas".

O ar da Praça do Congresso se encheu de gases lacrimogêneos e pimenta assim que foi divulgado o resultado da votação, para o qual foi fundamental a "traição" dos deputados da União Cívica Radical (UCR), que capitularam para os neoliberais.

REPÚDIO NAS RUAS

O coro de "filhos da puta, filhos da puta!" e o som das panelas tomou conta das ruas, expressando a unanimidade dos manifestantes com a polícia tornando o ar irrespirável e as cacetadas e as balas de borracha multiplicando feridas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Presidente da Rússia no Fórum das Culturas Putin alerta: se EUA libera mísseis para atacar Rússia, a guerra se estende à Otan

O presidente Vladimir Putin advertiu na que a autorização, por Washington/Otan, ao regime de Kiev para ataques com sistemas ocidentais de longo alcance a alvos em profundidade na Rússia mudaria a essência do conflito e significaria uma guerra entre a Otan e a Rússia.

De acordo com a mídia da Otan e com declarações dos maníacos de guerra à frente do complexo de segurança ianque, o fim das assim chamadas "restrições" a ataques à Rússia com armas ocidentais está em pauta em Washington, Londres e Kiev. E nesta sexta-feira (13) o presidente pato manco Joe Biden e o primeiro-ministro britânico Sir Keir Starmer se reunirão na Casa Branca, sobre o assunto.

A advertência de Putin foi feita no Fórum das Culturas Unidas, em São Petersburgo, atendendo a uma pergunta do jornalista do canal de televisão Rossiya-1, Pavel Zarubin, que o abordou após seu discurso no evento.

"Nos últimos dias, temos visto e ouvido como o tema está sendo discutido a um nível muito elevado no Reino Unido e nos EUA, de que o regime de Kiev será capaz de atacar profundamente o território russo com armas ocidentais de longo alcance. E aparentemente essa decisão está prestes a ser tomada ou, aparentemente, já foi tomada. Isto é, obviamente, uma coisa extraordinária. Quereria pedir-lhe que comentasse o que está acontecendo", disse Zarubin.

"Não estamos falando em permitir ou proibir o regime de Kiev de atacar o território russo. Ele já faz isso com a ajuda de veículos aéreos não tripulados [drones]", observou Putin. "Quando se trata de usar armas de precisão de longo alcance fabricadas no Ocidente, a história é completamente diferente."

"Qualquer especialista confirmará tanto aqui como no Ocidente que o exército ucraniano não é capaz de realizar ataques com sistemas modernos de alta precisão e longo alcance de produção ocidental", ele acrescentou

"Isto só é possível utilizando dados de inteligência de satélites, que a Ucrânia não possui. Trata-se de dados de satélites da União Europeia ou dos Estados Unidos, em geral — de satélites da Otan. Este é o primeiro".

"Em segundo lugar, e muito importante, talvez fundamental. Está no fato de apenas militares da Otan poderem, de fato, operacionalizar missões de voo nestes sistemas de mísseis", disse Putin.

Assim, ele acrescentou, a questão "é se os países da Otan estão diretamente envolvidos num conflito militar ou não". Continuando, o líder russo assinalou que permitir que Kiev dispare mísseis de longo alcance seria a "participação direta dos países da Otan".

"Esta é a participação direta deles. E isto, claro, muda significativamente a própria essência, a própria natureza do conflito. Isto significará que os países da Otan, os EUA e os países europeus estão em guerra com a Rússia. E se assim for, então, tendo em conta a mudança na própria essência deste conflito, tomaremos decisões apropriadas com base nas ameaças que serão criadas para nós".

Na véspera, o presidente Putin havia se reunido com o chanceler chinês Wang Yi, encontro que ocorre em meio ao maior exercício naval da Rússia desde o fim da Guerra Fria, com 400 navios, 90 mil marinheiros, no Pacífico, Mediterrâneo, Báltico e Rota do Ártico, no qual a China está participando.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Cidade ucraniana terá 'policiais de idiomas' para reprimir o crescente uso do russo

A política discriminatória adotada pelo governo de Zelensky, chega à cidade de Ivano-Frankovsk, no oeste da Ucrânia, anunciou a adoção de "policiais de idiomas" — os "Sprehenführer" — com o objetivo de inspecionar e censurar o uso crescente da língua russa para além da educação, da mídia e dos canais de entretenimento, reconheceu o prefeito Ruslan Martysinkiv.

Ruslan fez o anúncio após uma reunião com o Comissário Estadual de Proteção Linguística, Taras Kremin, principal autoridade de Kiev responsável pela implementação do uso do ucraniano na vida dos cidadãos. Kremin admitiu que as autoridades locais deveriam ser tão eficazes quanto o possível na aplicação da legislação linguística.

"Cada conselho municipal ou regional possui departamentos e divisões relevantes que podem criar grupos de trabalho e verificar o cumprimento da lei linguística em sinalização, anúncios, atividades de instituições de ensino, setores de serviços, saúde, e também preparar ordens apropriadas que exijam a eliminação de tais violações", propôs Kremin, para quem usar o termo "inspetores linguísticos ou punitivos linguísticos são narrativas de desinformação da propaganda russa".

Embora admita que a proposta é que esses agentes tenham autoridade para cobrar multas a fazer

valer o castigo, Kremin disse que são os russos que falam que a polícia de idiomas "caminha quase de noite, te agarra pela mão e te arrasta a algum lugar". Mas reconheceu que "em Nikolaev, onde os grupos de trabalho correspondentes foram criados por iniciativa do prefeito da cidade, Alexander Senkevich, mais de mil cartazes foram alterados", sem cerimônia e com muita resistência da população.

Na Ucrânia, desde 2014, tem sido aplicada uma política para expulsar abertamente a língua russa do cotidiano; havendo uma lei sobre a língua oficial que obriga o uso do ucraniano em todas as esferas da vida pública. As autoridades pró-estadunidenses também estão introduzindo uma proibição total de obras de arte, livros, filmes, peças de teatro, músicas em russo e até monumentos homenageando os grandes escritores russos, a exemplo do poeta Pushkin, impedindo o estudo da língua russa em escolas e universidades e também exigido que os alunos se comuniquem apenas em ucraniano durante os intervalos.

Mas a realidade se impõe ao desejo dos senhores de plantão e os ucranianos continuam a utilizar amplamente a língua russa na vida cotidiana. Conforme fontes ucranianas, um quinto das crianças em idade pré-escolar objetivamente não compreende a língua ucraniana e apenas 15% a utiliza ativamente.

de organizações de notícias cujas afiliadas domésticas são representadas por contratos SAG-AFTRA.

Embora o SAG-AFTRA tenha emitido uma declaração pública no início da guerra na Ucrânia exigindo que 'jornalistas de todas as nações que trabalham na zona de guerra sejam mantidos em segurança', suas palavras agora soam vazias se se aplicarem apenas a alguns jornalistas de certas identidades."

"Em 13 de dezembro de 2023, as forças israelenses atacaram o The Freedom Theatre no campo de refugiados de Jenin e sequestraram vários de seus membros — colegas atores e diretores, que pediram solidariedade aos trabalhadores do teatro em todo o mundo. Os sindicatos palestinos pediram solidariedade trabalhista internacional, lembrando-nos que 'a luta pela justiça e libertação palestina é uma alavanca para a libertação de todos os povos despossuídos e explorados do mundo'".

Os trabalhadores em todo o mundo atenderam a esse chamado, incluindo os principais sindicatos australianos, britânicos, belgas, indianos e americanos.

Em 15 de novembro, nosso sindicato britânico, Equity UK, pediu um cessar-fogo imediato e duradouro, afirmando: 'Enviamos nossa solidariedade aos artistas palestinos que sofrem nas condições horribis criadas pelo bombardeio, ocupação e apartheid israelenses'. Desde então, o UAW Internacional pediu um cessar-fogo e anunciou a formação de um grupo de trabalho de Desinvestimento e Transição Justa.

O Animation Guild (IATSE Local 839) tornou-se o primeiro sindicato de Hollywood a pedir um cessar-fogo em Gaza; cinco dos 10 maiores sindicatos e federações americanas pediram oficialmente um cessar-fogo, incluindo a NEA (National Education Association), SEIU (Service Employees International Union) e a AFL-CIO; e sindicatos que representam coletivamente a maioria dos trabalhadores organizados nos EUA formaram a Rede Nacional de Trabalho para o Cessar-Fogo. Em julho, 7 grandes sindicatos representando mais de 6 milhões de trabalhadores publicaram uma carta ao presidente Biden exigindo um embargo de armas a Israel.

"O apelo global por cessar-fogo — de trabalhadores organizados, artistas e colegas membros do SAG-AFTRA, grupos de direitos humanos, líderes mundiais e a maioria do público americano — fica mais alto a cada dia. No entanto, nosso governo continua a patrocinar o ataque das forças israelenses a civis palestinos, e nossa liderança sindical ainda se recusa a falar. Rejeitamos esse silêncio. Nosso chamado como artistas, repórteres e contadores de histórias é trazer a verdade ao mundo. Para combater o apagamento da vida e da cultura. Unir-se pela justiça em nome dos mais vulneráveis entre nós. É exatamente o que fizemos durante nossa greve histórica em 2023.

"Nós, os membros abaixo assinados da SAG-AFTRA, IATSE, WGA, Teamsters, DGA, AEA, AFM, Hollywood Basic Crafts, CSA, PGA e outros, exigimos que nossa liderança emita uma declaração pública pedindo um cessar-fogo permanente, libertação de todos os reféns — palestinos e israelenses, e financiamento imediato e entrega de ajuda humanitária desesperadamente necessária; para falar contra o ataque e assassinar de civis palestinos inocentes, profissionais de saúde e nossos colegas jornalistas; condenar a repressão macarthista de nossa indústria aos membros que reconhecem o sofrimento palestino; e eliminar qualquer dúvida de nossa solidariedade com os trabalhadores, artistas e povos oprimidos em todo o mundo".

Mais de 700 atores dos EUA assinaram uma carta aberta exigindo que Israel pare o genocídio em Gaza. Encabeçam a lista de assinaturas Susan Sarandon e Mark Ruffalo

Mais de 700 membros do sindicato dos atores dos Estados Unidos, o SAG-AFTRA (Screen Actors Guild-American Federation of Television and Radio Artists) assinaram a carta aberta condenando o silêncio da instituição sobre o genocídio em Gaza.

Na carta, os artistas criticam a postura do sindicato sobre o genocídio em Gaza, e denunciam que eles tentaram contatar a liderança do SAG-AFTRA para discutir o assunto várias vezes e que foram ignorados. Eles também pediram por um cessar-fogo para por fim ao morticínio.

Nomes como Mark Ruffalo, Ramy Youssef, Susan Sarandon, Riz Ahmed, Melissa Barrera e Cynthia Nixon, engrossam a lista de assinaturas da carta aberta ao SAG-AFTRA pedindo por proteção a membros do sindicato que expressaram publicamente críticas ao genocídio e se solidarizaram com o povo palestino, exigindo que a associação da categoria atue para evitar que os atores solidários sejam aliados de trabalho.

Também foi apontada a hipocrisia da liderança do SAG-AFTRA que inicialmente condenou o ataque do Hamas em 7 de outubro, mas acerca do povo palestino que está a 11 meses sofrendo genocídio, ainda o SAG-AFTRA não se pronunciou.

Segue a carta:

"A liderança e equipe da nossa associação profissional, "Somos orgulhosos membros de sindicatos e associações comerciais de todos os cantos de nossa indústria — trabalhando na tela, no palco, no cenário e no campo — unidos em solidariedade ao apelo global por um cessar-fogo permanente em Gaza e uma paz justa e duradoura. Como artistas e contadores de histórias, não podemos ficar de braços cruzados enquanto nossa indústria se recusa a contar a história da humanidade palestina.

"Após a declaração do SAG-AFTRA em simpatia por Israel em relação ao 7 de outubro, muitos membros do SAG-AFTRA e assistiram horrorizados enquanto o governo israelense trava uma guerra de punição coletiva contra a população civil de Gaza — matando mais de 40.000 palestinos, ferindo mais de 90.000, deslocando à força 2 milhões de pessoas e atacando abertamente membros da imprensa e suas famílias. Enquanto as FDI continuam seu ataque a 'zonas seguras', escolas e hospitais, e enquanto civis em Gaza morrem de fome, desidratação e falta de suprimentos médicos e combustível, os principais grupos de direitos humanos designaram esses atos como crimes de guerra, atrocidades contra os direitos humanos e até genocídio.

"A ONU descreveu Gaza como um cemitério de crianças e avalia que em meados de julho metade da população — mais de um milhão de pessoas — pode enfrentar a morte e a fome. A partir de agora, não há fim à vista — apenas escalada, morte e destruição.

"Apesar dessas claras violações dos direitos humanos e da ocupação de décadas de Israel de terras e vidas palestinas, nossa liderança sindical permaneceu em silêncio. Assim, eles condicionaram quais atrocidades escolhemos condenar e quais vidas inocentes escolhemos reconhecer e lamentar. Além disso, o SAG-AFTRA e quase todas as nossas entidades irmãs permaneceram em silêncio diante de ataques flagrantes e sem precedentes à liberdade de imprensa, incluindo o ataque deliberado e assassinato de jornalistas palestinos e suas famílias pelas FDI. O Comitê para a Proteção dos Jornalistas declarou a guerra em Gaza 'o período mais mortal para jornalistas que cobrem conflitos desde que o CPJ começou a rastrear em 1992'. Alguns desses jornalistas eram membros

BCE baixa juro para 3,5% e o próximo a cortar será o Fed



Banco Central da União Europeia: esse foi o segundo corte seguido desde junho

Kamala e Trump disputam quem dá mais suporte ao genocídio de Israel em Gaza

De olho no eleitorado norte-americano “não compromissado”, isto é, pró-palestino, Kamala Harris se dedicou no debate com Donald Trump, na Pensilvânia, a fazer a acrobacia de não condenar o genocídio em curso em Gaza, nem prometeu embargar as armas para Israel para deter o massacre, mas sempre lamentando pelos “palestinos que sofrem” e acenando com a “Solução dos Dois Estados”, mas por enquanto, chamando a agressão a Gaza de “direito de Israel se defender”. Enquanto Trump – que fechou escritório da OLP em Washington, apoiou o plano de Netanyahu de anexar a Cisjordânia, passando o trator sobre os reconhecidos direitos palestinos à autodeterminação – disse que se ela vencer Israel estaria “acabado em dois anos”, sem dizer porque ou apontar qualquer solução para o conflito, e que, com ele na Presidência, “não haveria a guerra”.

Com as eleições nos EUA tecnicamente empatadas segundo as pesquisas e na iminência de serem decididas em seis ou sete estados por estreita margem, o primeiro – e o último? – debate Kamala-Trump na terça-feira (10) logrou, em primeiro lugar, manter a euforia nas fileiras democratas, com as pesquisas apontando a candidata como vencedora, enquanto Trump, apesar de se declarar vitorioso “por muito” do embate, reclamou que foram “3 contra 1”, se referindo à interferência dos dois mediadores da ABC News.

Mais de 57 milhões de pessoas viram o debate, realizado na Filadélfia, maior cidade da Pensilvânia, um estado-pêndulo visto



Trump expõe seu racismo contra imigrantes e Kamala diz que, por ela, guerra na Ucrânia continua

como essencial para a vitória.

Curiosamente, analistas na véspera do debate se preocupavam quanto ao fato de que nos democratas a euforia pós desistência de Biden estava sendo substituída pela constatação da dureza da disputa e alertas sobre o oba-oba na reta final.

Manchetes do New York Times, do Washington Post e do Wall Street Journal registraram que Kamala tinha colocado Trump na defensiva, num quadro de “disputa acirrada”.

Ao longo de quarta-feira (11), títulos do portal do New York Times sobre o debate foram sendo substituídos por outros mais comidos: “Harris e Trump apostam em suas próprias visões fortemente contrastantes da América” e “Especialistas disseram que Harris venceu o debate. Os eleitores indecisos não tinham tanta certeza”.

Afinal, por essa época, nas duas eleições presidenciais anteriores tanto Biden quanto Hillary tinham uma vantagem maior sobre Trump.

O debate também foi observado com atenção no mundo inteiro, onde preocupações sobre as ameaças da extrema direita à democracia se mesclam com a realidade da guerra de procuração de Biden/Otan na Ucrânia contra a Rússia, uma potência nuclear; genocídio em Gaza e risco de guerra generalizada no Oriente Médio; cerco incansável contra a China no Pacífico; e um terço dos países do mundo sob sanções de Washington.

Trump reiterou que os democratas ameaçam levar o mundo à III Guerra Mundial e que, se ele estivesse na Casa Branca e não Biden, a guerra da Ucrânia nem teria começado. Ele prometeu que, se eleito, acabará com a guerra “antes da posse”.

Leia a íntegra no site do HP

Estelionato eleitoral: primeiro-ministro Starmer corta subsídio de inverno de 10 milhões de britânicos

Com o inverno rigoroso se aproximando, o primeiro-ministro trabalhista Keir Starmer, que se elegeu prometendo rever a política de austeridade dos conservadores, em um ato de estelionato eleitoral e sem ter falado nisso durante a campanha, aprovou no parlamento inglês o corte do subsídio de inverno, que atualmente beneficia 11,4 milhões de idosos, e que será substituído por um “vale-cobertor bem fino”, que deverá atingir no máximo 1,4 milhão de idosos “mais carentes”.

O vale de aquecimento no inverno consistia em uma ajuda anual entre 200 e 300 libras esterlinas para a aquisição de óleo de calefação, para ninguém passar frio. Assim, 10 milhões de britânicos perdem o subsídio para pagar pelo aquecimento da casa no inverno que, aliás, foi instituído em 1997 pelo então ministro da economia (‘Chanceler do Tesouro’) Gordon Brown, trabalhista por sinal.

O corte do subsídio para o aquecimento foi aprovado por 348 a 228 na terça-feira; 52 deputados trabalhistas se abstiveram e apenas 1 votou contra.

Registre-se que a inflação da energia foi a principal causa da perda de poder aquisitivo da população em geral, depois que os europeus aderiram às sanções contra a Rússia e bloquearam o gás russo barato, em meio à guerra por

procuração da Otan contra a Rússia na Ucrânia.

Sir Starmer alegou, cnicamente, que se tratou de uma “decisão difícil”, tomada por ter encontrado os cofres públicos “esvaziados pelos conservadores”.

A ministra da economia Rachel Reeves, disse que o corte economizaria £ 1,4 bilhão para o Tesouro este ano e alegou que há um “buraco negro orçamentário” de £ 22 bilhões.

O único parlamentar trabalhista a votar pela rejeição do corte, Jon Trickett, disse que o governo deveria “procurar aumentar as receitas através dos mais ricos da sociedade, não dos aposentados da classe trabalhadora”.

Ele disse que temia que isso levasse mais idosos a cair na pobreza durante o que ele previu que seria um inverno “extremamente difícil” para seus eleitores em West Yorkshire. “Depois de anos de lucro obscuro por parte das empresas de energia, elas estão aumentando as contas mais uma vez”, acrescentou.

O ex-líder trabalhista Jeremy Corbyn, que se reelegeu como independente depois de ter legendado negada pelo partido, denunciou a opção do premiê pela austeridade. Ele

afirmou que “ninguém será enganado pelas tentativas de fingir arrependimento por decisões cruéis que não precisam tomar”.

“Cortar o subsídio de combustível de inverno não é uma escolha difícil”, disse Jeremy Corbyn. “É a escolha errada – e não seremos enganados”.

[Starmer] obteve permissão dos conservadores para reutilizar seus slogans de marca registrada?”, ironizou Corbyn, em um artigo de opinião no Tribune. Sob o título “A austeridade é a escolha do Partido Trabalhista”, Corbyn denunciou que “é surpreendente ouvir ministros do governo tentando jogar areia nos olhos do público. O governo sabe que há uma gama de opções disponíveis para eles. Eles poderiam introduzir impostos sobre a riqueza para arrecadar mais de £ 10 bilhões. Eles poderiam parar de desperdiçar dinheiro público em contratos privados. Eles poderiam lançar uma redistribuição fundamental de poder, trazendo água e energia para a propriedade pública total. Em vez disso, eles optaram por tirar recursos de pessoas a quem foi prometido que as coisas mudariam. Há muito dinheiro, está apenas nas mãos erradas”.

Trabalhadores da Boeing fazem greve contra perdas salariais

Os trabalhadores da linha montagem da Boeing entraram em greve na sexta-feira (13) após rejeitar um acordo provisório que aumentaria os salários em 25% em quatro anos. Essa é a primeira greve na Boeing depois da paralisação de 57 dias em 2008. O movimento envolve 33.000 trabalhadores, a maioria deles no estado de Washington, e afeta a produção das aeronaves 737 Max e o 777.

A greve começou logo após a meia-noite de sexta-feira, depois que 95% dos trabalhadores representados pelo Distrito 751 da IAM votaram para rejeitar o contrato proposto e 96% autorizaram a greve. O sindicato precisa do apoio de dois terços dos membros para decretar legalmente a greve.

O presidente do Distrito 751 da IAM, Jon Holden, apoiou o acordo provisório, que incluía um aumento de 25% para os trabalhadores durante a vigência do contrato de quatro anos, uma redução nos custos de saúde para os funcionários e um aumento nas contribuições da Boeing para os planos de aposentadoria dos membros. Apesar da posição de Holden, 95% dos trabalhadores rejeitaram a proposta e apoiaram a decisão de iniciar a greve.

Depois da greve na Boeing em 2008, o contrato que a encerrou foi prorrogado duas vezes durante os últimos 16 anos, com o sindicato fazendo concessões que resultaram em maiores custos com assistência médica e na perda do programa de pensão dos trabalhadores sindicalizados.

Em julho, a Boeing concordou em se declarar culpada de uma acusação de fraude e uma multa criminal de quase US\$ 244 milhões ligada aos acidentes fatais de dois de seus aviões 737 Max há mais de cinco anos.

A paralisação ocorre no momento em que a empresa tenta aumentar a produção de aviões em meio a fortes desconfianças sobre seus padrões de segurança e capacidades de fabricação após um incidente em janeiro, no qual um painel de porta de um jato 737 Max explodiu quando o avião estava em pleno voo.

Além das crescentes perdas financeiras, a fabricante de aviões teve que desacelerar suas linhas de montagem devido a um limite de produção do 737 Max imposto pela Administração Federal de Aviação dos EUA, devido aos problemas de segurança apresentados pelas aeronaves produzidas.



Trabalhadores da Boeing no primeiro dia da greve. (Reuters/Matt Mills McKnight)

Victoria Nuland confirma que EUA sabotou negociações entre a Rússia e Ucrânia

A construção do Acordo de Paz entre a Ucrânia e a Rússia com encontros patrocinados por Istambul fracassou em 2022 devido às orientações recebidas do governo Joe Biden e do premiê inglês Boris Johnson de que abandonasse a mesa de negociações, admitiu a subsecretária de Estado dos EUA, Victoria Nuland.

Uma vez solicitada por Kiev a dar “conselhos” sobre as negociações, disse Nuland, a representação norte-americana disse a Vladimir Zelensky para rejeitar o acordo alcançado. “Pessoas dentro e fora da Ucrânia começaram a questionar se esse era um bom acordo e foi nesse ponto que ele desmoronou”, disse.

Conforme a agente estadunidense, “os ucranianos começaram a pedir conselhos relativamente tarde no jogo sobre o rumo que essa coisa estava tomando e ficou claro para nós, claro, para os britânicos e outros, que a principal condição de Putin estava enterrada em um anexo a este documento no qual eles estavam trabalhando”. O acordo proposto incluía limites sobre os tipos de armas que Kiev poderia possuir, como resultado a Ucrânia “seria basicamente neutralizada como uma força militar”, enquanto não havia restrições semelhantes à Rússia, explicou. Segundo ela, autoridades dos EUA “não estavam na sala” em

Istambul, apenas oferecendo “apoio” a Kiev caso fosse necessário.

Dando continuidade à sua histórica hostilidade em relação à Rússia, desde o violento golpe promovido em Kiev em 2014 – que derrubou o presidente democraticamente eleito da Ucrânia, Viktor Yanukovich – durante sua escalada entre Moscou e Kiev, em fevereiro de 2022, Nuland propôs um envolvimento ainda mais profundo dos EUA no conflito. E foi além, defendeu que a Ucrânia fosse armada com armas cada vez mais sofisticadas. Posteriormente, reconhecendo o fracasso de sua política, declarou à CNN que a Rússia moderna havia se mostrado diferente “da que queríamos”.

O tenente-coronel Vasily Prozorov, do Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) – onde atuou de 1999 até o final de 2017 –, denunciou em entrevista à Hora do Povo, o caráter antidemocrático do regime de Kiev, com perseguições políticas, assassinatos, crimes de guerra, bombardeios a alvos civis, e a ascensão de grupos neonazistas. Enquanto oficial do serviço secreto ucraniano, Prozorov foi testemunha da interferência dos Estados Unidos no golpe de estado de 2014, da ajuda do novo governo para a formação de milícias neonazistas e da perseguição e assassinatos contra jornalistas e políticos da oposição. Leia mais no site do HP

Levando em conta uma taxa de inflação (CPI) de 2,2%, o juro real na União Europeia está em 1,3%

Confirmando o cenário mundial de cortes nas taxas de juros, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu sua taxa de juro para 3,5% na quinta-feira, podando 0,25 ponto percentual, o segundo corte seguido desde junho. Levando em conta uma taxa de inflação (CPI) de 2,2%, o juro real na União Europeia está em 1,3%.

Espera-se que na próxima semana o Federal Reserve irá fazer o mesmo na reunião do comitê de política monetária, nos dias 17 e 18, com a discussão sendo se o corte será de 0,5 ponto percentual ou de 0,25, e dando fim ao extenso ciclo de alta de juro desencadeado em março de 2022, no pós-pandemia.

Antes do BCE, já haviam baixado os juros o Banco da Inglaterra e o Banco da Suíça. Em 1º de agosto, o BoE havia cortado 0,25 pp, para 5%, o que levou o juro real a 2,39%. Em junho, pela segunda vez o SBN cortou o juro em 0,25 pp, para 1,25%.

A decisão do BCE visa estimular a economia europeia, que vem tendo um baixo crescimento sob os efeitos do aumento do custo de energia decorrentes das sanções contra a Rússia e abandono do gás russo barato, com o BCE tendo rebaixado sua previsão de crescimento para a zona do euro para 0,8% para este ano – praticamente estagnação – e 1,3% no próximo ano e 1,5% no seguinte, se der bom tempo.

O ‘ENFERMO’ DA EUROPA

O corte de juros ocorre no momento em que a Alemanha, principal economia da zona do euro, cuja economia se contraiu no ano passado, vive um quadro de ameaça de desindustrialização e declínio econômico.

Evidenciado no recente anúncio, pela gigante Volkswagen, de fechamento de fábricas no país e demissões, enquanto a indústria de uso intensivo de energia está nas cordas por causa das sanções contra a Rússia e perda do gás russo barato, e a crise também alcança a Basf, a Siemens e a ThyssenKrupp. A produção industrial alemã em julho ficou quase 10% abaixo do nível em que estava no início de 2023 e a tendência de queda já dura seis anos.

Para alguns analistas, os cortes deveriam inclusive ter sido maiores. “A taxa de inflação homologa na Alemanha de 1,9% em agosto e o crescente fraco desempenho da economia germânica, sobretudo da sua importante indústria automobilística, um motor das exportações alemãs, pediam cortes mais enérgicos por parte do BCE”, disse à CNN Portugal, uma corretora lusitana.

Preocupação que se estende a países do sul da zona do euro, onde se teme que os riscos de recessão estejam aumentando e que as taxas altas do BCE restrinjam o crescimento mais do que o necessário.



Espera-se que o Fed baixe juro dos EUA em breve

Além do que o motor da alta da inflação que se viu no período, e que serviu de pretexto para o ciclo da alta de juros, era a alta do preço da energia, decorrente da decisão, tomada por Washington e acatada por Bruxelas, do abandono do gás russo barato em prol do mais caro gás de fracking norte-americano e demais sanções contra a Rússia, sob a crise na Ucrânia.

Também para estimular os empréstimos entre os bancos e movimentar a economia, o BCE fez um corte maior na taxa de juro das principais operações de refinanciamento ou taxa “refi” (que determina o preço que os bancos pagam quando pedem dinheiro emprestado ao Banco Central Europeu), de 60 pontos base, para 3,65%.

A decisão fora tomada em março, quando o BCE determinou que a diferença entre essas duas taxas, que era de 50 pontos-base há anos, deveria baixar para 15 pontos-base. A taxa de empréstimos também foi reduzida em 60 pontos base, de 4,50% para 3,90%.

ESCALADA NOS EUA

No conclave anual global dos bancos centrais em Jackson Hole em agosto, seu presidente, Jerome Powell, sinalizou que daria término em setembro à escalada de juros depois de dois anos, dez altas e juro recorde na faixa 5,25%-5,5%.

Sinalizações para a qual influenciaram sintomas como a turbulência em Wall Street, a pior em quatro anos, com o desmanche do carry trade yen/dólar; a sinalização sob a regra de Sham, que diz que, quando ocorre um aumento em 0,5% ou mais da taxa de desemprego trimestral em relação à baixa de 12 meses, uma recessão se aproxima (o que se deu no segundo trimestre); bem como a revisão para baixo na criação de empregos em 818 mil vagas desde março.

Enquanto nos círculos acadêmicos e nos antros da especulação a grande pauta era sobre se haveria um “pouso suave”, isto é, sem recessão, ou um tombo na economia. Segundo Powell, a inflação caíra significativamente, o mercado de trabalho não estava mais “superaquecido”, as restrições de oferta haviam sido “normalizadas” e o Fed fizera “um bom progresso”.

Quanto à inflação, embora de acordo com os dados oficiais haja caído, em relação aos itens básicos que compõem a maior parte das despesas das famílias, continua a ser um problema sensível. A ponto de ter se tornado um dos embates no debate Kamala-Trump, com o biliardário culpando-a e a Biden pela inflação, enquanto ela prometia estabelecer mecanismos de controle sobre a alta dos preços.

A propósito, em julho Trump advertiu em público o Fed a não mexer nas taxas de juros, isto é, não cortar, supostamente para não favorecer os democratas com um estímulo econômico.

A herança de Getúlio é o Brasil (3)

Continuação da edição anterior

A Revolução de 1930 inaugurou o primeiro período de independência plena do Brasil desde o descobrimento. Foi, portanto, o mais importante, mais profundo e mais fecundo acontecimento de nossa História até os dias de hoje

CARLOS LOPES

As 17 horas do dia 3 de outubro, a revolução estava nas ruas. No dia seguinte, pela manhã, os jornais divulgavam o manifesto de Getúlio: “... qual a perspectiva que se nos desenha e que porvir nos espera, com o prosseguimento do atual estado de coisas? Um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As Forças Armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constringidas ao serviço de guarda-costas do caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes, e corando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública.

“Daí, como consequência lógica, a desordem moral, a desorganização econômica, a anarquia financeira, o marasmo, a estagnação, o favoritismo, a falência da justiça.

“Entreguei ao povo a decisão da contenda, e este, cansado de sofrer, rebela-se contra os seus opressores.

“Não poderei deixar de acompanhá-lo, correndo todos os riscos em que a vida será o menor dos bens que lhe posso oferecer.

“Estamos ante uma revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional.

“Trata-se de um movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos, até o extremo Sul.

“Amparados no apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros que maior confiança inspiram dentro e fora do país, contando com a simpatia das Forças Armadas e a cooperação de sua melhor parte, fortes pela justiça e pelas armas, esperamos que a Nação reentre na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para evitar a perda inútil de vidas e bens, abreviar a volta do país à normalidade e a instauração de um regime de paz, harmonia e tranquilidade, sob a égide da lei”.

O regime da oligarquia ruiu como um edifício podre. Não havia mais, naquele momento, quem tivesse disposição ou achasse que valia a pena defendê-lo, diante do povo nas ruas e das tropas avançando.

Washington Luiz manteve-se durante quase um mês no território pleno da fantasia, a repetir que não havia qualquer problema realmente sério acontecendo no país, enquanto a revolução, em meio a uma explosão popular, ia do Sul, de Minas e do Nordeste em direção ao Rio. A concentração de forças governistas em Itararé rendeu-se depois de dois ataques preparatórios por parte das tropas do general Miguel Costa, antigo comandante da Coluna Prestes, e Getúlio entrou em São Paulo, abrindo pela primeira vez ao povo, que ocupava as ruas da cidade, as portas do Palácio dos Campos Elísios, símbolo do poder oligárquico.

No dia 20 de novembro, alguns dias depois de empossado no Palácio do Catete, comentando o embarque de Washington Luiz para o exílio, Getúlio escrevia em seu **Diário**:

“Bem amargas deveriam ser as reflexões do dr. Washington Luiz. Recordei-me que muito mais havia eu sofrido em torturas morais, pela quebra de amizades e compromissos resul-

tantes da campanha da Aliança, e pelas perspectivas e ameaças que de futuro poderiam advir e tudo ser atribuído a mim, como responsável. E, afinal, depois de humilhar-me e quase suplicar para que os outros nada sofressem, sentindo que tudo era inútil, decidi-me pela revolução, eu, o mais pacífico dos homens, decidido a morrer. E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O sr. Washington Luiz provocou a tormenta, e esta o abateu. Dizem que o destino é cego. Deve haver alguém que o guie pela mão”.

Ou, como disse depois: “... só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo, livrando-o da camarilha que o explorava, abater a hipocrisia, a farsa e o embuste”.

5

A Revolução de 1930 inaugurou o primeiro período de independência plena do Brasil desde o descobrimento. Foi, portanto, o mais importante, mais profundo e mais fecundo acontecimento de nossa História até os dias de hoje. Até então, todos os movimentos e revoluções havidos tinham conseguido livrar o país de algum bloqueio particular ao seu desenvolvimento, mais precisamente, de algum aspecto que naquele momento histórico se apresentava como o principal entrave ao progresso do país e de seu povo – porém sem remover o quadro fundamental de dependência no qual o país, em sua luta por se constituir como Nação, era bloqueado e sangrado.

Assim foi com a Independência, que quebrou definitivamente com o estatuto colonial, mas não com a dependência à Inglaterra, apesar das tentativas, tensões e conflitos que perpassam a nossa história no século XIX; assim tinha sido com a Abolição e a República, que tinham livrado o país das caducas relações escravagistas e do Estado – a monarquia – que era a expressão do domínio político dos senhores de escravos, mas ainda mantendo a dependência, que se refletiu nos obstáculos à industrialização nacional antes e depois da I Guerra.

A Revolução de 30 jogou por terra a dependência. Promoveu um desenvolvimento autônomo e autocentrado, com base nos recursos internos e sob controle nacional. Iniciou, deste modo, o maior período de crescimento da história do país – e o maior crescimento de um país capitalista no mundo durante os 50 anos seguintes.

Éramos, então, na lembrança do grande patriota Euzébio Rocha a respeito de uma frase de Getúlio (“O Brasil deve deixar de ser um país exportador de produtos de sobremesa”), um país produtor de sobrepastos – café, açúcar e cacau, principalmente. A Revolução de 30 nos tornou um país moderno, industrializado e poderoso.

O impressionante é que seu líder, ao entrar no Palácio do Catete para tomar posse no dia 10 de novembro de 1930, já demonstrava, em seu discurso, plena consciência desse papel único da revolução que chefiava:

“O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no Sul, Centro e Norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirma-



ção mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas”.

E, mais adiante: “Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional. Essa a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução Brasileira”.

No discurso de posse, depois de expor os motivos pelos quais tornou-se inevitável que “só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça – abater a hipocrisia, a farsa e o embuste”, Getúlio desenvolveu seu programa e o sintetizou em 17 pontos:

“1. Concessão de anistia aos revolucionários de 1922, 1924 e da Coluna Prestes;

“2. Saneamento moral e físico da Nação, extirpando ou inutilizando os agentes da corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;

“3. Difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados, com a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública;

“4. Instituição de um Conselho Consultivo, composto de personalidades eminentes e sinceramente integradas na corrente de ideias novas;

“5. Nomeação de comissões de sindicância para apurarem a responsabilidade dos governos depositos e de seus agentes, relativamente ao emprego do dinheiro público;

“6. Remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;

“7. Reforma do sistema eleitoral, tendo em vista principalmente a garantia do voto;

“8. Reorganização do aparelho judiciário no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer o processo eleitoral em todas as suas fases;

“9. Feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha dos seus representantes, com poderes amplos de constituintes;

“10. Consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação em vigor;

“11. Manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias;

“12. Reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola nacional;

“13. Intensificar a produção

pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;

“14. Rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do País, e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;

“15. Instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural;

“16. Promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;

“17. Organizar um plano geral ferroviário e rodoviário, para todo o País, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor dos interesses de ocasião”.

É, como já observamos, todo um plano de reconstrução do país.

Em primeiro lugar, o distensionamento político, com a anistia.

Logo em seguida, a construção de um Estado Nacional, isto é, um Estado que representasse o conjunto do povo brasileiro, suas aspirações e sua vontade – e não mais as de uma oligarquia.

Como base e missão desse Estado, um novo modelo econômico, com a “policultura” – não mais a monocultura do café –, a exportação dos excedentes (“sobras exportáveis”), isto é, apenas do que sobrasse depois de supridas as necessidades internas, o amparo à produção nacional, o combate aos privilégios predatórios de empresas estrangeiras, a regulação das relações trabalhistas, a extinção do latifúndio e um plano geral de transportes – a comunicação entre os vários pontos do país era, ainda, realizada principalmente por mar; no interior do país, as duas rodovias maiores eram somente a Rio-Petrópolis e a antiga Rio-São Paulo, enquanto as ferrovias serviam apenas aos interesses dos exportadores de café.

6

Não foi nenhum mecanismo automático que nos fez ser o primeiro país do mundo, atingido pela crise, a recuperar-se. A redução da renda monetária nos EUA, por exemplo, foi de 50% no mesmo período e o país só a partir de 1934 voltou a crescer – para depois entrar em outra crise, na segunda metade da década de 30.

Um ano antes, em 1933, o Brasil já tinha voltado a crescer – a indústria, particularmente, desde 1931 –, com a produção para o mercado interno atingindo outra vez os níveis de antes da crise de 29. Em alguns setores, decisivos, esses níveis haviam sido amplamente superados: a produção de bens de capital cresceu 60% em relação

a 1929. Em 1937, a produção industrial já era 50% maior que em 1929 e a produção destinada ao mercado interno, 40% maior.

Quanto à renda, em 1937 ela tinha aumentado em 20% – o que correspondia a mais 7% per capita. No mesmo período, a renda per capita dos EUA diminuiu.

A comparação com os EUA mostra que não foi, mesmo em 1937, qualquer melhora na situação dos países centrais que fez com que o Brasil superasse a crise, mas uma política nacional de desenvolvimento, conscientemente baseada na poupança interna e no mercado interno.

Significativo é o ritmo de crescimento em cada setor da economia. Nos 10 anos anteriores à revolução, apesar de todos os entraves à industrialização, a indústria havia crescido a um ritmo superior (3,5% ao ano) em relação à agricultura (3,3% ao ano). Nos 10 anos seguintes à revolução de 30, a indústria cresceu 7,2% ao ano, enquanto a agricultura crescia a 2,8%. Nos primeiros cinco anos da década seguinte, até o fim do primeiro período em que Getúlio esteve na Presidência, a indústria cresceu 9,2% ao ano, enquanto a agricultura crescia 2,4%.

O que estava se fazendo era a construção de uma Nação e de um povo, de forma autônoma, independente – a única possível para as nações e para os povos.

O conjunto das outras medidas do governo no período 1930/1934, dá bem a ideia do que era, desde o seu começo, o projeto nacional de Getúlio e da Revolução de 30.

Já em novembro de 1930 foi criado o que foi chamado de “o ministério da revolução” – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a função de coordenar todos os “fatores da produção” para o crescimento econômico. Em março do ano seguinte são decretadas a lei dos 2/3, que obrigava as empresas a empregarem 2/3 de brasileiros – essencial para a promoção da mão-de-obra do país, ou seja, dos trabalhadores brasileiros, a um novo patamar de qualificação, renda e participação no desenvolvimento – e a lei de sindicalização. A Previdência Social foi instituída em setembro de 1931. A jornada de 8 horas de trabalho, reivindicação e luta dos trabalhadores durante décadas, foi decretada em março de 1932.

Em maio de 1932, os impostos interestaduais, que transformavam os Estados em feudos econômicos, encarecendo os produtos e prejudicando a produção nacional, foram abolidos. Em junho, as sociedades anônimas foram regulamentadas.

Em abril de 1933, Getúlio assinou a Lei da Usura, estabelecendo limite máximo para os juros e o parcelamento no pagamento das hipotecas – desde a República Velha a maior parte dos empreendedores, tanto industriais quanto agrícolas, teve que hipotecar seus bens, situação agravada após 1929. No mesmo ano foi decretada a redução em 50% dos débitos dos agricultores.

A formação do Conselho Federal de Comércio Exterior, presidido pelo próprio Getúlio, foi a efetivação do planejamento na economia brasileira. Para desenvolver o país internamente



Multidão na esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, para assistir ao lançamento da plataforma da Aliança Liberal

e financiar a indústria nascente, era essencial equacionar o problema do comércio exterior, primeira fonte de recursos do desenvolvimento. O Conselho tornou-se, então, o órgão dirigente da economia brasileira. Toda a discussão sobre o caminho a seguir, teve por palco, inicialmente, este conselho, a tal ponto que em dezembro de 1937, logo após o Estado Novo, suas funções foram oficialmente ampliadas para que fizesse o papel do futuro Conselho de Economia Nacional, em formação. Na verdade, o que houve foi a formalização das funções que ele já exercia.

Foi no âmbito desse Conselho que Roberto Simonsen, o maior líder dos empresários brasileiros, pôde, finalmente, ver vitoriosa a posição que defendia desde a década de 20 contra os anglo-colonizadores mentais, defensores da “vocaçao natural” do Brasil para exportar café, importar mercadorias inglesas e tomar empréstimos em Londres. Mais de 10 anos antes, Simonsen tinha declarado que “querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do parque industrial brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação de nossa própria raça, é desconhecer os mais comezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo”.

Mas só a revolução de 30 e a política de Getúlio levariam à prática as formulações de Simonsen, com a sua intensa contribuição. Em novembro de 1933, é abolida a chamada cláusula-ouro dos contratos do Estado com a Light, a Societé Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro e outras empresas estrangeiras que monopolizavam os serviços públicos. Por essa cláusula, elas recebiam do Estado em ouro a metade do valor das tarifas, à cotação do mês de consumo. O extorsivo contrato com a Itabira Iron, empresa que a preços mesquinhos transportava montanhas de ferro brasileiro para o exterior, foi também rompido, no que foi o início do processo que conduziu à fundação da Companhia Vale do Rio Doce.

Desde maio de 1931 os serviços de rádio, telefonia e telegrafia passaram a ser concessões do Estado e os Correios e Telégrafos foram tornados públicos em janeiro de 1932. A aviação civil é regulamentada no mesmo mês. Em abril de 1931 tinha sido feita a reforma do ensino superior, que instituiu a organização de universidades e não mais, como antes, de faculdades isoladas, preparando as condições para o desenvolvimento da pesquisa, cultura e ciência nacionais. Em junho do mesmo ano foi assinada a reforma ortográfica, que simplificava a língua escrita do país, tornando-a mais acessível ao povo, reforma a que a oligarquia havia resistido arduamente – e resistiria ainda, fazendo com que a Constituição de 1934 fosse ainda redigida na empolada e bastarda ortografia anterior.

Em fevereiro de 1932, é decretada a reforma eleitoral. Pela primeira vez na história do país é instituído o voto secreto, o direito das mulheres a votar, a representação classista no parlamento e a Justiça Eleitoral. A 21 de abril de 1933, Getúlio tornou feriado nacional o dia do martírio de Tiradentes.

Continua na próxima edição